

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE DIREITO

ANDRIELI DA SILVA

**O MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:
ESTUDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES/AS NOS CURSOS DA
UNESC**

CRICIÚMA

2017

ANDRIELI DA SILVA

**O MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E A DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: ESTUDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES/AS NOS
CURSOS DA UNESC CONFORME O SEXO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof.^(a) Rosângela Del Moro

CRICIÚMA

2017

ANDRIELI DA SILVA

**O MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR E A DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: ESTUDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES/AS NOS
CURSOS DA UNESC, CONFORME O SEXO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel no Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Direito Civil.

Criciúma, 07 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Rosangela Del Moro - Especialista – Universidade do Extremo Sul Catarinense
- Orientador

Prof^a. Giovana I. Salvaro - Doutora – Universidade do Extremo Sul Catarinense

Prof^a. Mônica Ovinski de Camargo Cortina – Mestre - Universidade do Extremo Sul
Catarinense

Aos meu pais, que sempre foram meu exemplo, base e fortaleza, essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha fé, pois sem eles eu não teria a chegado até aqui.

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão, que nessa jornada nunca me deixaram faltar nada amor, carinho, colo, incentivo, e principalmente nunca me deixaram desistir, mesmo quando tudo parecia desmoronar, eles me deram força e incentivo, foram meus pilares nessa caminha ate aqui essa conquista é pra eles.

Agradeço a minha avó, que mesmo lá de cima, me acompanhou em cada dia, e comemorou comigo cada conquista.

Agradeço a minha família que sempre me incentivou a correr atrás dos meus objetivos.

Às colegas de graduação que enfrentaram junto comigo essa jornada, àquelas, que, além de colegas, foram amigas, partilhando angústias e frustrações, além de garantir momentos de amizade e alegria.

Ao meu esposo, que esteve ao meu lado, me deu carinho, e aguentou comigo todo o estresse, que me ajudou e cobrou todas as vezes que foi necessário.

A minha orientadora Rosangela Del moro, que aceitou como orientanda, pelas idéias, dicas e encaminhamentos e, e por ter nos feito chegar até aqui.

A cada um meu muito obrigada, essa conquista tem um pouco de cada um de vocês, e ela não é minha, ela é nossa.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”.

José de Alencar

RESUMO

O presente estudo tem como intuito questões envolvendo gênero e ressaltando as grandes dificuldades encontradas na diferenciação discriminatória de gênero na sociedade atual. Para tanto realizou um estudo referente às ondas do feminismo e os benefícios trazidas para as mulheres, na sequência conceitua divisão sexual do trabalho, para entender a maneira ela se presente do mercado de trabalho e de que modo interfere na atuação feminina. Este estudo, ainda, visa analisar como ocorrem e se ocorre divisão sexual do trabalho da mulher na docência do ensino superior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, por meio de análise do quadro de docentes da mesma. Por fim, para o desenvolvimento deste trabalho, o método de pesquisa será dedutivo, com pesquisa qualitativa, descritiva de corte transversal e teórica, com emprego de material bibliográfico e documental legal.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo; Mulher; Unesc; Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

The present study aims at questions involving gender and highlighting the great difficulties encountered in the discriminatory differentiation of gender in the current society. In order to do so, she carried out a study about the waves of feminism and the benefits brought to women, in the sequence conceptualized the sexual division of labor, to understand the way it is present in the labor market and in what way it interferes in the female performance. This study also aims to analyze the occurrence and sexual division of women's work in higher education teaching at the University of Extremo Sul Catarinense, through an analysis of the teaching staff. Finally, for the development of this work, the research method will be deductive, with a qualitative, descriptive cross-sectional and theoretical research, using bibliographical and legal documentary material.

Keywords: Gender; Feminism; Woman; Unesc; Sexual division of labor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – primeira sede administrativa da FUCRI.....	40
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População ocupada, Por regiões metropolitanas, segundo sexo	30
Gráfico 2 – Indicador de distribuição da população economicamente ativa, em abril de 2015	30
Gráfico 3 – Distribuição da população ocupada, por grupamento de atividade.....	30
Gráfico 4 – Proporção das pessoas de 16 a 59 anos que declaram ter realizado afazeres domésticos, classificados por sexo nas Regiões metropolitanas	32
Gráfico 5 – Taxa de participação população economicamente ativa no Brasil (1950-2010)	34
Gráfico 6 – Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, período de 1995 a 2010.....	35
Gráfico 7 – Rendimento médio habitual da população ocupada masculina, por escolaridade, segundo grupamento de atividades - 2009	35
Gráfico 8 – Rendimento médio habitual da população ocupada feminina, por escolaridade, segundo os agrupamentos de atividades - 2009.....	36
Gráfico 9 – Total de Docentes na Instituição.....	49
Gráfico 10 – Titulação das docentes mulheres	49
Gráfico 11 – UNCSA – Distribuição de docentes por curso 201/2	50
Gráfico 12 – UNAHCE – Distribuição de docentes por curso.....	51
Gráfico 13 – UNASAU - Distribuição de docentes por curso.....	52
Gráfico 14 – UNACET – Distribuição de docentes por curso	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

EAD – Educação a Distância

ESEDE – Escola Superior de Educação Física e Desportos

ESCCA – Escola Superior de Ciências Contábeis e Administração

ESTEC – Escola Superior de Tecnologia

FACIECRI – Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

UNA – Unidade Acadêmica

UNASAU – Unidade Acadêmica de Ciências e Saúde

UNAHCE – Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação

UNACSA – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas

UNACET – Unidade Acadêmica de Engenharias e Tecnologia

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

UNIFACRI – União das Faculdades de Criciúma

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE GÊNERO E FEMINISMO	13
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE	13
2.2 ONDAS DO FEMINISMO	16
2.3 CONCEITUANDO DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	22
3 TRABALHO DA MULHER E SUA PROTEÇÃO LEGISLATIVA	27
3.1 A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO	30
3.1.1 Dupla Jornada Feminina	31
3.2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA MULHER E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO, TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO...33	
4 A UNESC E AS DOCENTES MULHERES NO PERÍODO DE 2017/2	40
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA UNESC NA CIDADE DE CRICIÚMA	40
4.2 ADVERSIDADES DE GÊNERO: DISCRIMINAÇÃO OU SEGMENTAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	44
4.3 ANÁLISE DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA UNESC A PARTIR DE ÓTICA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	48
CONCLUSÃO	57

1 INTRODUÇÃO

Desde muito tempo as mulheres têm manifestado seu estado de insatisfação em relação às desigualdades sociais a que são submetidas, as organizações a partir de uma sociedade machista e historicamente patriarcal que tem insistido em inferiorizar e entre as exaustivas reivindicações, o acesso ao mercado de trabalho e à educação é das que mais se destaca.

Ainda nos dias atuais, em grande proporção, as mulheres são instruídas a ocuparem cargos relacionados à paciência, atenção, destreza e minúcia, o que as leva a áreas da saúde como enfermagem, e ensino como pedagogia, deixando o cenário dos cargos que necessitam de força física, raciocínio lógico, habilidades de comando aos homens.

Essa separação é consequência do processo histórico da divisão sexual do trabalho. A partir do estudo da divisão sexual do trabalho é possível refletir sobre as razões do pouco acesso das mulheres aos cargos ditos públicos, bem como sobre a ideia de relação antagônica entre homem e mulher. Percebe-se que historicamente a mulher foi relegada ao espaço privado, como a casa e o homem ao espaço público, portanto a divisão de gênero constituída em feminino e masculino é uma construção social.

Entretanto, esse cenário vem se modificando, mas a mudança é lenta, por envolver costumes praticados durante várias gerações, seja pela família onde se inicia uma educação diferenciada entre meninos e meninas, na escola por meio de atividades, nas empresas, na mídia, e todas as instituições que contribuem para essa separação.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar a divisão dos/as docentes nos cursos superiores da UNESC, tendo como base o grande número de cursos ofertados pela instituição, analisando a divisão entre os docentes, buscando compreender se existe reflexo da divisão sexual do trabalho.

A relevância social da pesquisa está na possibilidade de revelar mais um setor de possíveis discriminações contra as mulheres. Embora já se tenha presenciado várias modificações e conquistas das mulheres, principalmente no mercado de trabalho, essas modificações não eliminaram a separação de homens e mulheres, com tendência a inferiorização das mulheres. Assim, a divisão sexual do trabalho se é vista como uma séria barreira quanto à entrada da mulher na esfera

publica, ocasionando assim piores condições de trabalho e menores salários. Esta pesquisa tem como objetivo mostrar que além de todo trabalho gratuito que a mulher presa em casa os ditos trabalhos domésticos, elas também estão aptas a atuar em cargos públicos, ou seja, é necessário acabar com o preconceito sexista que domina a divisão sexual do trabalho.

Para desenvolver o tema proposto o trabalho será dividido em três capítulos, tratando o capítulo inicial da conceituação de gênero e os pontos de vista que circundam a relação feminino/masculino, enquanto construção social. Abordará, ainda, os movimentos feministas que marcaram a história e a trajetória do papel da mulher nas relações de trabalho. Na sequência se estudará a divisão sexual do trabalho e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para romper barreiras historicamente criadas. Finalizando, se analisará a Universidade do Extremo Sul Catarinense no tocante ao número de docentes e a sua divisão por cursos, afim de verificar a existência de uma divisão sexual do trabalho.

Para o desenvolvimento deste trabalho, o método de pesquisa será dedutivo, com pesquisa qualitativa, descritiva de corte transversal e teórica, com emprego de material bibliográfico e documental legal.

2 BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE GÊNERO E FEMINISMO

Neste capítulo se discutirá os conceitos de gênero e os pontos de vista que circundam a relação feminino/masculino, e como foram construídos social e historicamente esses conceitos.

Serão abordando os movimentos feministas que marcaram a história e a trajetória da mulher nas relações de trabalho.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE GÊNERO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE

Do ponto de vista biológico gênero é qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, idéias, que tenham caracteres comuns, ou ainda gênero pode ser definido como: "[...] conjunto de seres ou objetos que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades" (MICHAELIS 2017), entretanto popularmente as pessoas entendem gênero como sinônimo de sexo.

Pois bem, sexo é uma questão biológica, já gênero é construído socialmente e historicamente através de hábitos, aprendizados, formas de pensar e agir, segundo Haraway (2004, p. 216):

Sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era o centro, a pessoa produzida pelo gênero – um homem ou uma mulher.

A diferença de gênero é difundida através de concepções construídas historicamente pela sociedade as quais somos induzidos a crer que homens e mulheres são desiguais, não apenas nos fatores biológicos, mas também em fatores sociais. Dessa maneira, a sociedade impõe que mulheres e homens realizem funções, cargos e obrigações diferentes, sendo assim, diferenciados, tanto no tratamento no quanto no acesso aos direitos.

Nas palavras de Teixeira; Freitas (2014, p. 332-333)

Gênero é, portanto, um sistema que trata da construção ou do aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e da masculinidade,

que considera e enfatiza o aspecto interdependente das identidades, mas que releva também a distribuição desigual de poder entre mulheres e homens [...]. Pode-se perceber que, num tipo de organização sócio-psico-cultural androcêntrico, a diferença entre “machos” e “fêmeas” é então convertida numa relação de desigualdade, e as categorias “masculino” e “feminino” são desse modo hierarquizadas. No pólo positivo fica o homem, e no pólo negativo, a mulher. Com base na diferença biológica, marcada pelo fato de “ter pênis” ou “não ter pênis”, é construída uma representação do feminino como sendo “uma falta”, como “incompletude”, enquanto o masculino é representado como sendo um ser “inteiro”. O masculino representa-se com o falo (aspecto simbólico do pênis), e o feminino como a falta desse símbolo de poder.

Silveira (2012, p 1-2) destaca que a desigualdade de gênero é difundida por meio de princípios construídos socialmente, os quais nos fazem acreditar que mulheres e homens são diferentes não somente biológica, mas também socialmente. Assim, reivindica-se que mulheres e homens desempenhem papéis sociais diferentes, tendo assim, também, acesso a direitos e tratamento diferenciados.

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 599) estes princípios são difundidos por uma “ideologia naturalista” que “rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais que remetem ao destino natural da espécie”. Deste modo, aos homens caberia o espaço público/social e às mulheres o espaço privado, sendo que essa segmentação do trabalho masculino e feminino é uma construção social histórica.

As diferenças entre os gêneros são produtos de uma construção social, e não resultados de características comportamentais biologicamente programadas e reproduzidas em atos instintivos, como afirma Kergoat (2003, p.55):

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo.

Conforme Argüello (2005, p.37), o termo gênero foi criado pelas feministas anglo-saxãs e segundo Scott (1995, p.72-74) “possivelmente fez sua aparição entre as feministas americanas”, esse implicava rejeição as questões biológicas levantadas, a palavra gênero ou o grupo gênero foi criado com o intuito de pesquisar e entender as relações envolvendo os sexos, incluindo o homem e a

mulher em suas diversas semelhanças e diferenças, não podendo ser compreendido separadamente, gênero então, pode ser chamado de categoria analítica, a partir dela podemos nos aprofundar no significado criado em reação os gêneros masculino e feminino, buscando assim, explicações e justificativas para a infundada discriminação do sexo feminino, que é inferiorizado com base em sua função reprodutiva ou por ser comparada à força física do sexo masculino.

Dessa forma foi possível criar referenciais teóricas, com o intuito de elucidar o porquê das desigualdades referente ao social, ao trabalho, qual a dificuldade de aceitar que a mulher também está presente na história. (SCOTT, 1995, p.72-74). Assim, fica evidente a relação direta que a categoria gênero mantém com o feminismo.

Para Feitosa e Romero (2005) o ser humano começa a receber tratamento social diferenciado desde o período gestacional, tanto quanto a forma de se dirigir ao feto, quanto pelas expectativas em relação ao sexo da criança que vai nascer. Para as autoras a sociedade determina que meninos sejam fortes, ativos, corajosos e dominantes, seus corpos podem tudo e eles têm um espaço público e irrestrito. Já as meninas têm corpos frágeis, são dóceis, meigas e dependentes, sendo repletas de restrições e tendo seu espaço privado e controlado. Essas desigualdades continuam ao longo do desenvolvimento infantil – meninos estimulados a práticas motoras, e as meninas a motricidade fina. Isso favorece uma formação injusta, devida às diferentes experiências, o que futuramente serão fatores determinantes no comportamento e nas expressões, reproduzindo as desigualdades vividas.

Na sociedade as pessoas são categorizadas por sexo, ou seja, sempre divididos em dois opostos: masculino x feminino, macho x fêmea ou homem x mulher. Desta forma, percebe-se que o ser humano nasce com características biológicas que o enquadram em determinada categoria, sendo um indivíduo do sexo masculino ou feminino. O sexo é definido biologicamente considerando a genitália, cromossomos sexuais e hormônios com os quais se nasce, para Bruschini (1998, p.89) devemos “usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica.

Com o passar do tempo, percebemos que um indivíduo pode ter identidades diferentes do seu sexo biológico como, por exemplo, os transexuais e transgêneros. Assim gênero como categoria analítica salienta que a cultura da

sociedade apresenta um papel constituinte no processo do indivíduo tornar-se homem ou mulher, nessa linha, gênero, da mesma forma que a sexualidade, precisa ser entendido e compreendido como algo a ser socialmente formado e não como biologicamente estabelecido.

De acordo com Scott (1995, p.115),

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as *relações sociais*. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a *organização social da diferença sexual*. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.

Para Moraes (2005) as relações de gênero encontram-se dentro de uma cadeia hierarquizada de relações de poder reproduzindo essas relações na sociedade. O conceito de gênero desmancha a ilusão de que nos alicerces dos hábitos de homens e mulheres, meninos e meninas existe uma “natureza” pré estabelece suas identidades e formas de agir.

2.2 ONDAS DO FEMINISMO

Quando se fala em gênero, há uma associação natural ao feminismo, porém, poucas pessoas realmente sabem por que esse movimento surgiu, o que é feminismo e que ele não é um movimento único existindo assim, várias correntes.

Segundo Silva (2008, p. 1-2):

O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange a libertação das mulheres.

Inicialmente, as manifestações feministas eram realizadas por mulheres brancas e de classe média, excluindo as mulheres negras e de baixa renda, entretanto, esta manifestação foi crescendo e alcançando maiores proporções. Com isto, os movimentos feministas têm se transformado em novos protagonistas sociais que buscam não apenas a igualdade entre homens e mulheres, mas também a modificação da ordem social e do sistema político.

A primeira onda feminista se dá com as chamadas *sufragétes*, um grupo de mulheres que uniram-se para lutar por seus direitos na Inglaterra, um dos seus principais pedidos era o direito ao voto, pois nessa época a mulher era proibida de exercer o direito ao voto, sendo este de exclusividade do homem e pai de família, esse direito foi conquistado em 1918 no Reino Unido e este movimento alastrou-se por vários países ocidentais e mais tarde passou a ser reconhecido como principal acontecimento da primeira onda do feminismo. (PINTO, 2003, p. 15-16)

Nogueira busca resumir essa primeira onda do feminismo no seguinte trecho:

A emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado, e a reivindicação pela sua incorporação no estado moderno industrializado como cidadãs nos mesmos termos que os homens foram as preocupações centrais deste período da história do feminismo. Podem-se considerar como principais causas (históricas, políticas e sociais) desencadeadoras do feminismo, a revolução Industrial, num primeiro momento, e as duas grandes guerras num segundo momento. As principais reivindicações desta vaga foram essencialmente pelo direito ao voto, pelo qual o movimento sufragista se caracterizou, e pelo acesso ao estatuto de 'sujeito jurídico' (2001, p.5)

Desta maneira, o feminismo nessa primeira onda, é marcado por uma luta em prol da igualdade, principalmente pela igualdade de direitos, como o direito ao voto, ao trabalho, o direito de estudar.

Desta forma, o surgimento do feminismo não foi diferente de outras correntes, nasceu do inconformismo de mulheres com a sua condição, assim em meados do século XIX, movimentos religiosos, chamados de movimentos revivalistas, que permitiram as norte-americanas uma das primeiras expressões pública. Esses movimentos pregavam o engajamento social dos fiéis e levaram as mulheres ao trabalho filantrópico fora do confinamento do lar. Um grande ponto de partida para a discussão da condição social feminina foi o surgimento, em 1949, da obra "O Segundo Sexo", de Simone de Beauvoir. (SILVA 2008, p.15)

O livro recebeu críticas duras que consideravam o conteúdo indecente e pornográfico. No entanto, o objetivo do livro era expor que o sexo feminino, sempre ocupou uma posição de obediência, dependência e inferioridade com relação ao sexo masculino, que as mulheres eram inferiorizadas e destinadas ao espaço privado com o argumento de que estavam biologicamente predispostas a certas atividades domésticas e a criação dos filhos, e ainda de que eram incapazes de realizar tarefas que exigisse maior instrução.

A luta feminista continua e em meados dos anos sessenta e setenta do século XX e conforme Granados (2006) a segunda onda do feminismo é caracterizado por uma modificação nas prioridades de luta. A busca pela igualdade não era mais o objeto principal, a pretensão não era mais ser considerada igual ao sexo oposto, mais sim, ser reconhecida como gênero distinto, com necessidades diferentes, porém, com direito às mesmas oportunidades.

Esta segunda onda surgiu como réplica ao feminismo da primeira onda, que não reconhecia essas diferenças, pelo contrário, afirmava que a mulher era igual ao homem. Inicia-se no período do final dos anos sessenta com a finalidade de delimitar duas gerações de feministas, separadas pelo intervalo entre a conquista dos direitos políticos e o renascimento do feminismo na década de sessenta. (COSTA, 2009)

Novas reivindicações de direitos, deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Neste momento, uma das palavras de ordem era: "o privado é político". E, embora já se pudesse encontrar muita movimentação nos Estados Unidos e na Europa desde o final da década de sessenta, na América latina apresentou outras temporalidades. Neste período, grande parte dos países da América Latina, estava vivendo com governos ditatoriais que, se não impediram completamente, certamente dificultaram reuniões e manifestações (PEDRO; SAPRIZA, 2006, p. 24).

O movimento feminista inicial perdeu força na década 1930, e depois de um período sem grandes movimentações, ressurgiu por volta dos anos de 1960, aliado ao movimento *hippie*, uma nova onda de feminismo agora denominada como Feminismo Radical, segundo Silva (2008, p.4):

O Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros

responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes.

Beauvoir (1967, p. 9) esclarece que:

Ninguém nasce mulher nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

A terceira onda traz as tentativas de desconstruir a categoria “mulher”, tentando reivindicar a diferença dentro da diferença, discute os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, o sexo feminino passa a ir diretamente contra o que a sociedade “de bem” e religiosa pregava, contestando as definições essencialistas da feminilidade que se fundavam particularmente nas experiências vividas pelas mulheres brancas integrantes de uma classe média-alta da sociedade. (BEDIN; CITTADINO; ARAÚJO, 2015, p. 337-338)

De fato, nos finais dos anos 80 e, sobretudo, nos inícios da década de 90 verifica-se uma nova migração no discurso sobre o Gênero, de um paradigma de Igualdade –dominante no discurso Feminista desde as suas origens, e particularmente potenciado, como vimos, pela introdução do conceito operativo Gênero – para uma ênfase na diferença, convergente com a tendência geral da Pós-Modernidade para a pulverização dos discursos científicos e sociais e das próprias Identidades. (GOMES, 2011, p.103)

A terceira onda do feminismo, em continuação das outras ondas, não as excluindo e sim dando continuação e força aos questionamentos por elas levantados, busca trazer todas as mulheres juntas, brancas e negras, classes baixas e altas, todas lutando pelos seus direitos. Na primeira e segunda ondas, mulheres como as *suffragéttes* bem-educadas de classe média e as donas de casa americanas dos anos 1970 e 1980 tinham abraçado as demandas feministas, excluindo assim as questões enfrentadas por outras mulheres que, como as mulheres negras e de classe média e baixa, que apesar de serem também mulheres, não estavam sendo representadas. A terceira onda é momento de ganho de independência e ênfase de certos grupos dentro do movimento feminista, como

os de mulheres negras, lésbicas ou trabalhadoras rurais. Assim todas as classes reconheceriam, claramente, as diversidades femininas, que os idealizadores do conceito de gênero pareceram esquecer. (COSTA, 2009).

O movimento feminista representou um rompimento ao que era designado na época como respectivo as mulheres, os assuntos associados ao feminismo, como a relação da mulher com o homem, a sexualidade, casamento e maternidade, são pontos com marcas culturais que passaram a ser discutidas e questionadas (SARTI, 2004)

No Brasil, as idéias feministas difundidas pela da segunda onda do feminismo se manifesta junto com a luta pela redemocratização brasileira durante a ditadura militar iniciada em 1964. Esse teria sido o momento em que o feminismo brasileiro ganhou caráter de um movimento de massa (SEKEVICS, 2013). O feminismo começou a aparecer por conta da luta pelo voto, e esse movimento inicial foi liderado por Bertha Lutz em meados de 1910, onde as lutas e manifestações esparsas cederam lugar aos movimentos feministas, desafiando a ordem conservadora burguesa.

O direito ao voto no Brasil foi conquistado em 1932, entretanto se restringiu o voto as mulheres casadas e autorizadas pelos maridos, às viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício de um direito básico para o pleno exercício da cidadania; em 1934 a Constituição passou a prever o direito de voto secreto a todos os adultos, independente do sexo e estabeleceu o voto feminino no Brasil, ainda que restrito a mulheres em exercício de cargos públicos remunerados, em 1946 o voto passou a ser uma obrigatoriedade para todas as mulheres, sendo de fato um direito conquistado para todas. Assim como no resto do mundo, no Brasil, o movimento feminista se ampliou de forma lenta, iniciando pela luta por direitos políticos, como votar e ser votada, até alcançar conquistas como o direito ao aborto nos casos de estupro e de risco de vida da mulher, ou a sua legalização completa em outros países. (SANTOS, 2016, p. 20-21).

Bertha Lutz, que era filha do cientista Adolfo Lutz, bem vista entre a elite econômica e política levado em consideração sua classe social, foi à principal liderança feminista do início do século XX no Brasil, até a década de 1930. Fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que foi uma das principais articuladoras da pressão política pelo sufrágio. De acordo com Pinto (2003) ela reuniu três requisitos de suma importância que viabilizaram que ela fosse uma das

precursoras feministas brasileiras. Bertha Lutz vinha de família burguesa, tinha garantida boa condição financeira, seus pais tinham estudo e condições culturais, assim tinha certa liberdade e ainda condições profissionais, pois era uma das únicas mulheres a trabalhar como cientista no serviço público. Porém, a luta de Bertha Lutz pela inclusão da mulher como ser detentor de direitos políticos não se efetivou “como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs” (PINTO, 2003, p.14).

Após a revolução de 1930 e a conquista do voto feminino, o que se vê é um retrocesso das lutas feministas que perdura até o fim da década de 1960. (PINTO, 2003, p.10). Foi somente na década de 1960 que os movimentos feministas retomaram sua luta, entretanto, ainda mantendo sua natureza fragmentada e heterogênea, com várias manifestações, cada uma com seus objetivos e pretensões.

Com início em 1968, e com esfera mundial, a busca pela igualdade é substituída pela declaração e afirmação da diferença, dessa maneira a luta pela liberdade civil bem como pela igualdade de direitos considerando as diferenças, chega a seu extremo, e encontra um Brasil oprimido pelo regime militar, ao final da década de 1970, o movimento feminista se torna um dos movimentos mais importantes em prol da luta pela anistia, o exílio também acaba por influenciar o feminismo no Brasil. (PINTO, 2003).

Conforme Pinto:

A criação de conselhos e até de ministérios que se ocupassem exclusivamente das questões referentes à mulher nunca foi uma idéia consensual no interior do movimento feminista, quer tomemos por referência o cenário brasileiro, quer os países europeus. Em termos gerais, as resistências à incorporação do tema a pauta oficial dos governos e, mais do que isso, às instituições no interior do aparato do Estado apontavam para o perigo da perda de autonomia do movimento em relação aos partidos do governo de plantão. Somava-se a isso a própria radicalidade do movimento feminista, que lutava por transformações profundas nas relações de poder, que não poderiam advir de uma estreita colaboração entre o movimento e o Estado (2003, p. 69).

Dessa forma, os movimentos feministas podem ser considerados um movimento sócio-cultural que preconiza alterar as relações de gênero, fazendo com que suas intenções ganhem perceptibilidade e se transformem em questões sociais. Assim, esse feminismo teve como foco os fatos como violência sexual,

reivindicações de creches para os filhos das mulheres trabalhadoras, saúde, direito sobre o corpo, e assim a subordinação das mulheres perde suas forças e o pensamento feminino começa a ganhar força e compreensão das pessoas. Dessa maneira, as feministas alcançaram grandes vitórias especialmente referentes à abertura do mercado de trabalho.

2.3 CONCEITUANDO DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Os movimentos feministas surgiram como instituto de buscar a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres: o direito de trabalhar, as jornadas de trabalho normais, liberdade sexual, entre outros. Mesmo após todas as manifestações, e conquista que foram alcançadas, infelizmente, de maneira geral a mulher é inferiorizada em relação ao seu exercício profissional, encontrando dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho e desvalorização do seu serviço. A grande diferença salarial entre homens e mulheres independentemente de realizarem as mesmas funções, de ocuparem os mesmos cargos, é visível, isto é, uma formação social estruturada na divisão dos sexos.

Algumas mulheres já conseguem ocupar cargos de chefia em empresas extremamente hierarquizadas, porém, esse número é desproporcional a ocupação masculina nas mesmas posições, ainda se deve falar em relação à remuneração bastante inferior. As dificuldades de acesso a determinados cargos são grandes, pois esses cargos são historicamente reconhecidos como “lugares” masculinos

O avanço da participação feminina no trabalho aumenta consideravelmente, porém a posição real da mulher não é das mais promissoras. Apesar de encontrar-se aberto para ela o mercado de trabalho, ainda é considerada mão-de-obra de reserva. Mesmo quando possui qualificação profissional, é induzida a exercer profissões femininas (cf. Isto não é serviço para mulher) e os cargos mais importantes ainda são reservados aos homens. Até hoje impera o preconceito de que as mulheres foram feitas para desempenhar tarefas secundárias (LEITÃO, 1988, p. 74).

Para Hirata e Kergoat (2007) a relação social habitual referente ao grupo dos homens e o das mulheres é considerada “relações sociais de sexo”. Para as autoras, a divisão sexual do trabalho é consequência da divisão social determinada nas relações sociais entre os sexos, divisão essa criada histórica e socialmente.

O “poder” masculino está presente em várias esferas como a política, religiosa, intelectual e científica, econômica, militar, assim, a condição feminina de inferioridade, obediência, incompetência, a qual foi fortemente combatida pelo movimento feminista, nos da visibilidade sobre a relação de poder existente. Ser mulher ou homem, na sociedade atual envolve uma teia complexa de relações que vêm se modificando e ajustando ao longo dos últimos anos, dessa maneira, na busca por uma atuação mais comprometida e coerente, a mulher deve ser tratada não só a partir das atividades que desenvolve, mas como pessoa constituída a partir de várias estruturas sociais. (AGUIAR, 2000, p. 304-305)

Para Oliveira (1999, p. 67) “as relações de gênero não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais que tem uma base material”. Isto é, homens e mulheres não são grupos distintos de indivíduos biologicamente diferentes, mas formam dois grupos unidos por um nexos social específico, as relações sociais de gênero.

Se gênero é a primeira maneira de indicar as relações de poder, torna-se essencial entender como estas se difundem socialmente e fazem parte da construção social do masculino e feminino. As relações de poder permeiam as relações de gênero, não se consegue compreender está sem entender as relações sociais que se apresentam nas diferenças construídas entre masculino e feminino. Dessa maneira,

Talvez o adequado não seja simplesmente dizer que gênero esteja relacionado à noção de poder, mas sim que gênero é fundado nesta relação: gênero deve ser concebido como uma relação de poder e não uma posição fixa atribuída às pessoas. E ainda ressaltamos que ser mulher, do mesmo modo que ser homem, não são modos de viver universais, nem mesmo quando se toma como exemplo uma única pessoa: esta pessoa vive de modos variados o que supõe ser a sua vida (LIMA; MÉLLO, 2012, p. 191).

Perspectivas biológicas buscaram fundamentar a divisão sexual do trabalho, aduzindo que a diferença entre trabalho masculino e feminino seria resultante de razões ligadas à “condição” dos homens e das mulheres. O homem, determinado como pai de família, gerador de sustento, foi designado para o trabalho da produção enquanto a mulher, determinada para o trabalho de reprodução, acontecendo assim à separação do espaço público e privado.

Quanto à concepção do conceito de divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat declaram que foi na França a partir dos anos de 1970 que o movimento feminista iniciou as primeiras afirmações conceituais.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia [...] se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido (2007, p. 597).

O trabalho doméstico não era considerado como emprego e sim como dever da mulher, assim as poucas mulheres com conseguiram trabalhar fora de casa, ainda agregavam o serviço doméstico, cuidas da casa, do marido e dos filhos. Na realidade brasileira, a jornada de trabalho prolongada das mulheres, pois além do trabalho fora de casa, ainda é normal os afazeres domésticos serem de responsabilidade delas. Ainda assim a mulher é conceituada como sexo frágil.

Gênero pode ser considerado então um conjunto que trata da elaboração de definições referentes à feminilidade e a masculinidade, que defende o aspecto individual das identidades, mas que também demonstra a disposição distinta de poder entre mulheres e homens. De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599) a divisão sexual do trabalho: “é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”. Para estas autoras, a divisão sexual do trabalho é:

Modulada histórica e socialmente, bem como é caracterizada por princípios que designam prioritariamente aos homens a esfera produtiva e, às mulheres a esfera reprodutiva. Paralelamente, ocorre “a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

Assim, segundo Bruschini (1996, p. 32), a tendência em atribuir “a vida social ou esfera pública” ao sexo masculino e a “esfera privada ou doméstica” ao sexo feminino é desenvolvida a partir das “diferenças biológicas e sobre a tendência que a espécie humana partilha com outros mamíferos, de dependência prolongada das crias em relação às mães”. Isto se demonstra uma vez que a mulher, devido à

possibilidade da “maternidade enquanto fato biológico” estabelece “vínculos imediatos e diretos” com as atividades e “funções diretamente ligadas ao parto, aleitamento e primeiros cuidados com os nascidos”.

As consequências das “relações sociais de sexo” padronizaram as mulheres a esfera reprodutiva e aos homens a esfera produtiva, criando uma relação desigual entre os sexos, produzindo assim simultaneamente as desigualdades em relação aos papéis e as funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desigualdades, hierarquizadas, marcadas pelo aproveitamento e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro.

A divisão do trabalho criada entre os sexos atribuiu o cuidado, o trabalho doméstico para a mulher, função essa, não reconhecida socialmente e que até hoje é tida como de responsabilidade feminina, tendo como discurso a naturalidade feminina para o cuidado. Enquanto a produção material foi atribuída aos homens, tarefa considerada de prestígio e que confere poder dentro da sociedade. Esse dever social do cuidado ser feminino, preliminarmente, determinou a vida das mulheres ao espaço privado, e mais tarde, com as modificações socioeconômicas e a busca de autonomia feminina, marcou prejuízos em relação aos homens na atuação econômica e social. (OLIVEIRA 2008, p. 310)

A divisão sexual do trabalho assume formas de contexto e histórico, é fundada como prática social, assim, mantendo tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas. A subordinação de gênero, e a dissimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas manifestam-se não apenas na separação de tarefas, mas também nos critérios que definem a qualificação das tarefas e nos salários. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma decorrência da separação do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho. (CARLOTTO, 2001 p. 205).

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (BRITO; OLIVEIRA, 1998 p.252).

Nas últimas décadas o trabalho feminino vem aumentando cada vez mais a sua participação no mundo produtivo. Esse aumento, entretanto, vem apresentando um novo aspecto na divisão sexual do trabalho. Segundo Antunes (1999, p. 108):

[...] salvo raras exceções, ao trabalho feminino têm sido reservadas as áreas de trabalho intensivo, com níveis ainda mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto que aquelas áreas caracterizadas como de capital intensivo, dotadas de maior desenvolvimento tecnológico, permanecem reservada são trabalho masculino.

As alterações e as conservações da divisão do trabalho entre homens e mulheres ao longo da história demonstram tanto o poder de perseverança quanto de modificação das formas de trabalho de homens e mulheres, as relações sociais de sexo são dinâmicas e não contínuas.

3 TRABALHO DA MULHER E SUA PROTEÇÃO LEGISLATIVA

A educação feminina sempre foi vista pela sociedade como um perigo, que poderia estremecer as famílias conservadoras e tradicionais. Deste modo, as mulheres eram destinadas a submissão do casamento, e ao trabalho doméstico não reconhecido (CANEZIN, 2014, p. 5-6). Desta forma o estado feminino de desvantagem, inexperiência, subordinação, o qual foi combatido veementemente pelos movimentos feministas, evidencia a relação de poder entre os sexos, a relação social de trabalho é dividida em dois grupos o masculino e o feminino, denominada divisão sexual do trabalho, fruto das relações sociais mediadas por relações de poder.

Assim, neste capítulo buscar-se-á estudar a relação entre a mulher e o mercado de trabalho, com um breve estudo sobre as legislações reguladoras do trabalho feminino.

3.1 ESTUDO DA LEGISLAÇÃO REGULAMENTADORA ACERCA DO TRABALHO DA MULHER

A igualdade no tratamento feminino ocorreu através da Constituição Federal de 1988, esta lançou um novo conceito de igualdade entre homens e mulheres, também o serviço da mulher em várias áreas de trabalho degradante. Conforme Delgado:

A Constituição de 1988, entretanto, firmemente, eliminou do Direito brasileiro qualquer prática discriminatória contra a mulher no contexto empregatício – ou que lhe pudesse restringir o mercado de trabalho –, ainda que justificada a prática jurídica pelo fundamento da proteção e da tutela. Nesse quadro, revogou inclusive alguns dispositivos da CLT que, sob o aparentemente generoso manto tutelar, produziram efeito claramente discriminatório com relação à mulher obreira.

Em seu artigo 7º, XXX a Constituição Federal de 1988 proíbe que seja feita distinção de sexo, idade, cor ou estado civil no pagamento de salário, no exercício das funções ou na admissão de trabalhadores/as. Dessa forma que para um mesmo trabalho não deveria haver distinção entre homens e mulheres, brancos(as) e negros(as), casados(as) e solteiros(as). Na mesma linha ainda

podemos destacar o inciso XIII do artigo 5º, que prega “[...] É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (Brasil, 1988, p.2). Desta forma, fica visível o direito de igualdade adquirido pela mulher perante a Constituição Federal de 88, assim, sobre o direito de igualdade, Silva aduz:

A regra no inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal completa-se com as normas de igualdade que se encontram inscritas no já citado inciso XXX do art. 7º, mas especialmente no inciso XXXII do mesmo artigo, que veda distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos. A paridade de tratamento aqui garantida diz respeito às condições de exercício de funções e de critério de admissão que têm que ser as mesmas para todos, quanto ao valor do trabalho, não se exigindo a paridade de resultado produtivo (2001, p.87).

As leis referentes à regulamentação do trabalho das mulheres adultas surgiram e meados de em 1917 com a lei n.º 1.596, a qual proibia o trabalho de mulheres no último mês de gravidez e em período de puerpério nos estabelecimentos industriais. Ao longo da década de 1920 também surgiram vários códigos sanitários regulamentados o trabalho feminino e definindo regras referentes à licença maternidade que previa a afastamento por trinta dias antes e após o parto, da mesma forma dispunha de deveria existir lugares adequados para amamentação nos locais de trabalho (CALIL 2000, p. 30).

Apenas no ano de 1932 foram aprovadas leis definitivas acerca do trabalho na mulher no Brasil, diante do Decreto n.º 21.417-A, que em seu art. 1º estabeleceu que “sem destinação de sexo, a todo trabalho de igual valor corresponde salário igual”, bem como o impedimento ao trabalho feminino das 22h às 6h nos estabelecimentos industriais e comerciais (exceto as que trabalhavam nos lugares elencados pelo art. 3º “as mulheres empregadas em estabelecimentos onde só trabalhem pessoas da família a que pertencerem”) além de dispositivos acerca da proteção à maternidade (GOSDAL 2003, p. 143).

No âmbito constitucional em 1943, é criada a Consolidação das Leis do Trabalho, seu capítulo II do Título III intitulado “Da Proteção ao Trabalho da Mulher”. A respeito deste, pode-se dizer que não houveram mudanças legislativa, tendo em vista que as normas a referentes ao trabalho feminino fora mantidas, reunidas em um mesmo livro. Entretanto, há uma preocupação com a saúde das

trabalhadoras mulheres, isso se deve ao fato destas serem consideradas frágeis. (CALIL, 2000. p. 41).

Os artigos da CLT tinham vedações como o trabalho em serviços que precisassem de utilização de força muscular superior a 20 quilos em trabalhos contínuos ou 24 quilos nos trabalhos ocasionais (art. 390, CLT), essa proteção tinha como intuito a proteção da capacidade reprodutiva feminina. O artigo 379 da CLT que tratava do trabalho noturno das mulheres e teve diversas alterações, outro dispositivo da CLT que com a mesma problemática era o artigo 387 da CLT, que proibia o trabalho das mulheres nos serviços perigosos e insalubres elencados à época, esses artigos foram revogados com a Lei n.º 7.855 de 24 de outubro de 1989, um avanço da legislação.

O artigo 5º da CLT estabelece que a todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo, sendo que o artigo 461, na redação atual, prevê que “sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade”.

Conforme Delgado (2006, p.785):

Toda regra que trate diferentemente a mulher perante o homem, inclusive restringindo-lhe o mercado de trabalho, é claramente agressora da Constituição, estando por esta revogada, se lhe foi anterior (caso do art. 376, CLT), ou invalidada, se posterior.

O ao direito trabalho, que pode ser definido como um Direito Fundamental, é uma condição essencial para realização total do ser humano, pois é a partir do labor que é alcançado o meio de sustento próprio e dos familiares. Ainda, no que pese a Carta Magna de 1988 ter consagrado em seu artigo 5º a Igualdade entre homens e mulheres e demais dispositivos que visam evitar as diferenças entre os gêneros, ainda não são o suficiente para que seja extinta de uma vez por todas a discriminação entre os sexos.

Desta maneira, observa-se que a CLT vem evoluindo no que diz respeito à proteção do trabalho da mulher, porém, ainda há um grande caminho a ser percorrido para que a mulher alcance a tão sonhada igualdade entre os gêneros não apenas formalmente, mas de maneira efetiva na sociedade.

A CLT com relação ao trabalho feminino pode ser tida como bem evoluída, entretanto, se a legislação é bastante evoluída, a sociedade não, desta

forma muitas vezes são cometidas injustiças, discrimina-se quanto ao sexo, quanto ao salário, quando ao preenchimento de cargos

Assim como aos outros dispositivos, o não cumprimento aos artigos da CLT que são voltados ao trabalho feminino deveriam haver implicações jurídicas como multa, processos judicial, punições no âmbito administrativo, indenizações, entre outras.

3.2 A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

Mesmo sendo uma conquista das mulheres o ingresso no mercado de trabalho, esse inicio as submeteu a condições degradantes de trabalho, enfrentando dificuldades e preconceitos, uma vez, inicialmente, as atividades exercidas pelas mulheres não eram bem vistas e muito menos valorizadas pela sociedade, a elas eram destinadas as tarefas simples e repetitivas, mecânicas e sem importância, as quais os homens se recusavam a executar ou não tinham habilidades, segundo Schimidt (2005, p.94) “os salários eram baixíssimos, a jornada de trabalho podia alcançar 14 ou 16 horas por dia e não havia direito a férias. As fábricas eram imundas e barulhentas. Os patrões, muito autoritários, humilhavam os empregados”. As indústrias optavam pela utilização em grande escala da mão-de-obra mais barata, como as mulheres e crianças e além da exploração, sofriam assédios sexuais de superiores e patrões. (PINHEIRO, 2012, p.20)

Dessa forma, com o intuito de melhores condições e igualdade de trabalho, as mulheres iniciaram lutas que resultaram em marcos históricos, sendo o dia 8 de março considerado dia internacional da mulher, instituído por conta da manifestação de operárias da Indústria Têxtil Cotton, situada em Nova Iorque no ano de 1908, quando mulheres ocuparam a fábrica para reivindicar melhores condições de trabalho (redução de carga horária, equiparação salarial, tratamento digno) foram contidas com grande violência e aproximadamente 130 mulheres tiveram seus corpos carbonizados, após terem sido trancadas na fábrica que foi incendiada. (PINHEIRO, 2012, p.20)

Podemos dizer que até meados do século XIX, o dever da mulher na sociedade se resumia aos cuidados da casa, marido e filhos. As mulheres

encontravam-se posta dentro de um sistema patriarcal¹ o qual as tratavam como submissas, sendo assim, primeiro elas prestavam obediência ao pai e posteriormente ao esposo. Desta forma, as mulheres não tinham contato com a vida social sem a companhia de seus maridos, e também não tinham vida econômica ativa, pois quem sustentava a casa era o pai ou o marido. Não tinham direito a voto, ou direito de expressar suas opiniões, viviam em uma sociedade opressora e inteiramente machista, raras eram as mulheres que conseguiam trabalhar ou estudar. (TAVARES, 2012, p. 6)

O fato de o patriarcado ser baseado na dominação-exploração homem-mulher é funcional ao sistema no sentido de fomentá-lo, uma vez que permite que as mulheres sejam sujeitadas a condições adversas da aplicação de sua força de trabalho. A situação de inferioridade ou submissão da mulher balizada pelo patriarcado a transforma em um trabalhador mais conformado frente às situações de exploração e dominação, tendo em vista o longo processo histórico da opressão feminina. Parece, assim, que a pequena capacidade reivindicatória da mulher faz com que ela acabe se comportando mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado. (RAMOS, 2006, p.75).

Com o passar do tempo, lentamente esse cenário foi se modificando, com a luta dos movimentos feministas, vários direitos foram conquistados pelas mulheres, como direito ao voto, licença maternidade, direito de estudar, dentre outros. De acordo com Probst (2005, p. 2) as duas grandes guerras mundiais foram o estopim para início da inserção da mulher no mercado de trabalho. À medida que os homens eram recrutados para o serviço militar, passava a ser das mulheres o dever de assegurar a sobrevivência da família. Galeazzi busca explicar os motivos que levaram a mulher ao mercado de trabalho:

O desejo de desenvolver uma carreira; a necessidade econômica, seja em decorrência da deterioração dos rendimentos reais do trabalho, seja para fazer frente aos novos anseios de consumo — a alteração no padrão de consumo com a presença de novos produtos, expandindo o leque de consumo familiar, impeliu as mulheres a trabalharem fora de casa para aumentar a receita doméstica —; e, principalmente, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subseqüentes à II Guerra, trazendo uma

¹Sistema Patriarcal: É caracterizado pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a família, mulher e filhos no ambiente familiar, sendo o homem detentor do poder de organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. (AGUIAR 2000, p.303)

expansão do emprego assalariado regulamentado e incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres. (2001, p. 61)

Assim, muitas mulheres assumiram os negócios deixados pelos maridos, enquanto outras procuraram no mercado de trabalho uma atividade que garantisse o sustento da família. Com o fim das guerras, muitos maridos não retornaram, ou então voltaram impossibilitados de retomarem a vida normal e suas atividades, com isso as mulheres continuaram inseridas no mercado de trabalho. Desta forma, segundo Russomano,

Quando os soldados voltaram das trincheiras, desaparecendo ou diminuindo as causas sociais que estimularam o trabalho das mulheres, estas, em nome de suas necessidades individuais, se recusaram a abandonar os empregos de que obtinham sustento, mantendo, assim, em razão de causas pessoais, aberta concorrência ao homem adulto, nas várias frentes de trabalho que o desenvolvimento industrial ia, pouco a pouco, multiplicando e diversificando. (2004, p. 430)

As mulheres vêm demonstrando cada vez mais presente no mercado de trabalho no Brasil e no mundo nas últimas décadas. A crescente entrada da mulher no mercado de trabalho é um fenômeno marcante na economia, esse processo histórico que envolve as mulheres pode ser explicado por fatores culturais, econômicos, demográficos e institucionais, elas tiveram que lutar contra barreiras para introduzir-se em um campo definido pelos homens como masculino (PINHEIRO, 2012, p. 21-22).

Em 2010 a população ocupada estava distribuída entre 54,7% de homens (12,0 milhões de pessoas) e 45,3% de mulheres (10,0 milhões de pessoas). Assim, podemos observar que as mulheres continuam sendo a menor parcela ocupada na população. Contudo, a trajetória de crescimento da participação da mulher na população ocupada foi mantida em 2010, e vem crescendo cada vez mais, tendo aumentado 0,3 ponto percentual em relação a 2009. Essa elevação da participação feminina na ocupação foi unânime e ocorreu nas seis regiões metropolitanas, em que a pesquisa foi realizada principalmente em Salvador (0,7 ponto percentual) e Recife (0,5 ponto percentual). Em 2003 a ocupação feminina era de 43,0%, o crescimento em 2010 correspondeu a 2,3 pontos percentuais ainda é pouco, mais mostra que as mulheres estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho cada vez mais. A região metropolitana de São Paulo mostrou crescimento da ocupação

feminina em 2,6 pontos percentuais, ou seja, próximo, mas acima do registrado para o total das seis regiões metropolitanas entre 2003 e 2010 (fonte IBGE).

Gráfico 1 – População ocupada, Por regiões metropolitanas, segundo sexo (em 1000 pessoas*) 2003-2010

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homem							
2003	10.554	731	731	1.061	2.722	4.401	909
2004	10.777	732	763	1.106	2.754	4.509	913
2005	10.999	737	793	1.130	2.779	4.636	924
2006	11.149	748	799	1.188	2.783	4.703	927
2007	11.370	750	838	1.224	2.811	4.806	940
2008	11.687	767	854	1.267	2.865	4.953	980
2009	11.687	779	879	1.280	2.843	4.936	971
2010	12.035	831	903	1.333	2.913	5.049	1.006
Mulher							
2003	7.966	536	601	849	1.990	3.301	689
2004	8.275	543	626	887	2.043	3.467	709
2005	8.555	553	663	918	2.073	3.607	742
2006	8.777	574	699	973	2.123	3.649	759
2007	9.065	579	743	1.027	2.158	3.779	779
2008	9.435	587	744	1.079	2.211	3.999	815
2009	9.590	607	769	1.092	2.245	4.066	810
2010	9.984	659	812	1.147	2.320	4.208	839

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Conforme gráfico abaixo mostra que em regiões metropolitanas como a de Salvador, por exemplo, a população feminina economicamente ativa chega a 49,6% a população economicamente ativa do ano de 2015.

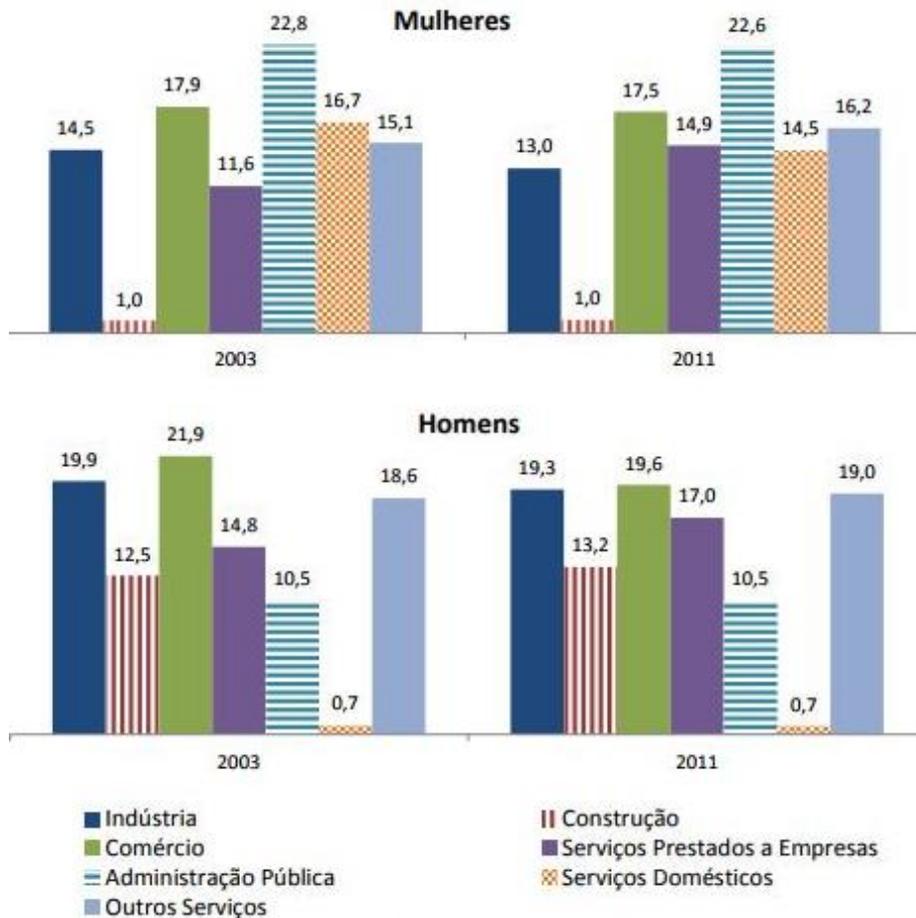
Gráfico 2 – Indicadores de distribuição da população economicamente ativa, por região metropolitana, em abril de 2015

População economicamente ativa (%)	Total das seis áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Sexo:							
Masculino	53,2	54,5	50,4	53,0	54,1	53,2	52,8
Feminino	46,8	45,5	49,6	47,0	45,9	46,8	47,2
Condição no domicílio:							
Principal responsável	47,9	44,8	46,4	44,8	49,8	48,5	48,3
Outros membros	52,1	55,2	53,6	55,2	50,2	51,5	51,7
Faixa etária:							
10 a 14 anos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
15 a 17 anos	1,5	1,1	1,9	1,8	1,0	1,5	2,1
18 a 24 anos	13,0	13,3	13,4	14,5	11,0	13,3	14,6
25 a 49 anos	60,9	61,6	62,8	61,4	59,4	61,6	58,0
50 anos ou mais	24,6	23,9	21,9	22,3	28,5	23,5	25,2
Anos de estudo:							
Sem instrução e menos de 1 ano	1,1	1,5	1,2	1,1	1,0	1,2	0,8
1 a 3 anos	2,4	3,3	3,3	2,3	2,1	2,3	2,7
4 a 7 anos	14,4	15,8	14,6	16,9	12,8	13,9	16,6
8 a 10 anos	16,1	14,2	14,6	18,4	15,3	16,0	18,8
11 anos ou mais	66,0	64,8	66,3	61,4	68,8	66,7	61,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

O gráfico a seguir mostra a distribuição da população ocupada conforme sexo em diversos setores de atividade em 2003 e 2011. Pode-se analisar que as mulheres tiveram um aumento significativo em todos os setores apresentados, enquanto os homens praticamente mantiveram-se estáveis.

Gráfico 3 – Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, sexo (%) –(2003-2011)



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Mesmo com o aumento significativo das mulheres em todos os setores analisados, ainda há de se perceber que o maior aumento feminino se dá na área de serviços domésticos na área de serviços domésticos e administração pública, o que muitas vezes envolve saúde e cuidados, dessa forma, podemos identificar que ainda é grande restrição a atuação da mulher no mercado de trabalho.

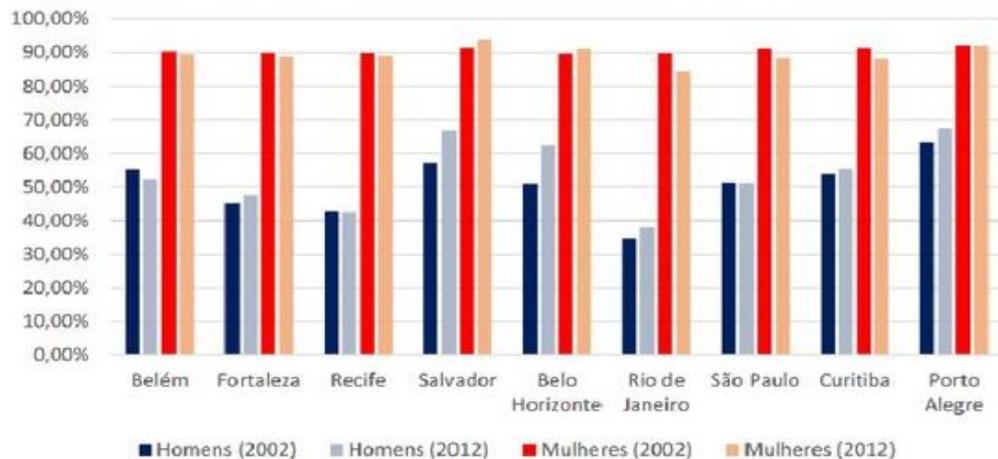
3.2.1 Dupla presença feminina na jornada de trabalho

A inclusão da mulher no mercado de trabalho, âmbito esse por longo tempo visto como predominantemente masculino acabou por remeter a mulher o compromisso trabalhar fora e cuidar da casa, filhos e marido, assim sobrecarregando-a com uma dupla jornada de trabalho. Como destaca Perez

Responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres, generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem. (2001, p.52)

A sobrecarga de responsabilidades de algumas mulheres em relação aos homens é evidente, uma vez que as mesmas exercem funções de executiva, de mulher de negócios e essa mesma mulher ainda realiza as tarefas de chefe do lar, mãe e dona de casa, os homens que se arriscam a assumir tarefas domésticas são olhados com receio pela sociedade, tendo em vista um pensamento machista que vem do assado, onde as tarefas domésticas não são de responsabilidade dos homens. (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 128-131). No gráfico abaixo, é possível verificar a proporção de pessoas que trabalha e exerce tarefas domésticas.

Gráfico 4 – Proporção das pessoas de 16 a 59 anos que declaram ter realizado afazeres domésticos, classificados por sexo nas Regiões metropolitanas 2002-2012



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A partir desses dados, nota-se que as tarefas domésticas são realizadas em regra pelas mulheres, entretanto nota-se um pequeno aumento na participação dos homens na realização dessas tarefas, mais expressivas em metrópoles como Salvador e Belo Horizonte, esse aumento, demonstra que embora devagar, a sociedade vem se adaptando, a essa nova realidade, do mercado de trabalho, com a participação cada vez maior da mulher na composição da força de trabalho.

3.3 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA MULHER E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO, TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

As mulheres sempre trabalharam e a partir do século XX as mulheres impulsionaram sua luta contra a opressão e desigualdades a favor de sua emancipação econômica e social, e pelo direito ao trabalho, isto se deve especialmente os movimentos feministas. Ao longo das últimas décadas, ao persistir em suas lutas, buscando espaços maiores e melhores no mercado de trabalho e também na sociedade, as mulheres têm alcançado grandes conquistas. Contudo, mesmo diante da progressiva inserção das mulheres no mundo profissional, elas ainda encontram dificuldades em se inserirem no meio profissional. Conforme Giuzmán (2008, p. 68),

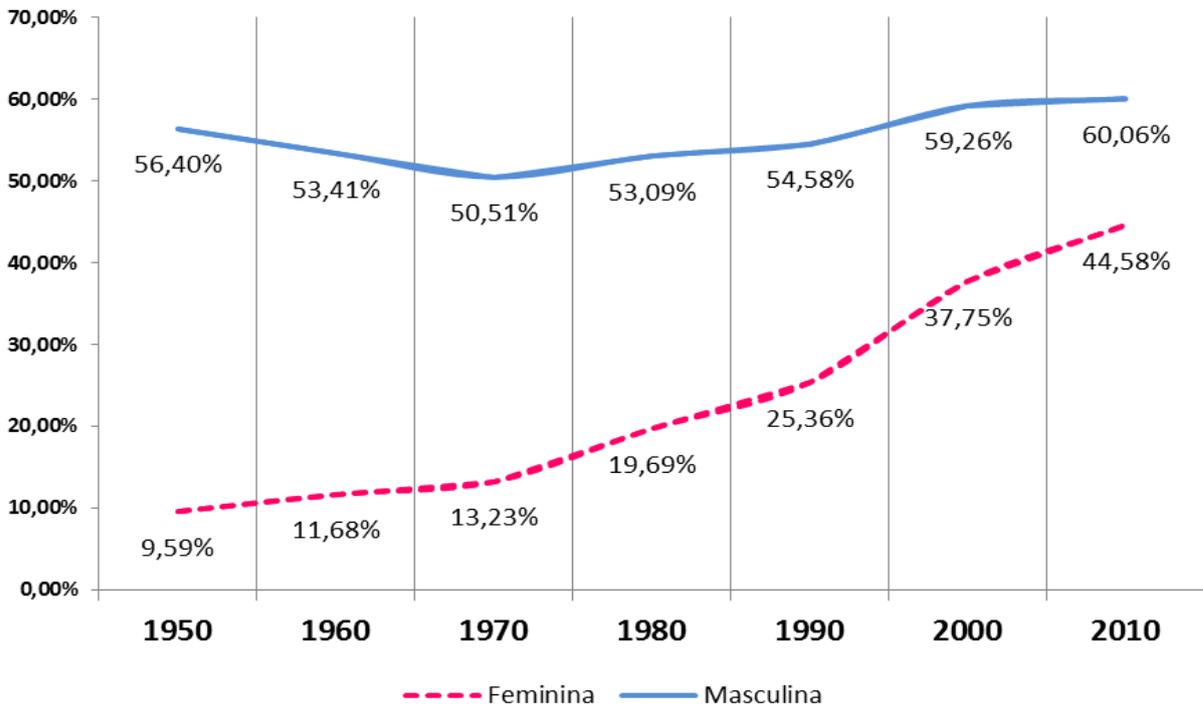
As resistências que dificultaram e dificultam ainda a construção social da equidade de gênero como princípio organizador da democracia têm várias causas. Algumas resultam da inércia dos sistemas cognitivos e de valores. Outras estão relacionadas à rejeição dos homens a ver afetados seus interesses pela concorrência das mulheres nos espaços públicos associadas ao medo gerado pelas mudanças de identidade do outro ao questionar a própria identidade e à incerteza quanto ao próprio sentido e consequências das transformações em curso. Em resumo, aceitar mudanças na representação do feminino e do masculino nos sistemas de relações e práticas comuns aos dois gêneros não somente altera a situação da mulher como colocam em questão os conteúdos atribuídos à masculinidade e às práticas sociais associadas a ela.

A mulher vem conquistando participação expressiva neste mercado de trabalho, o crescimento da participação feminina está ligado às transformações na estrutura das ocupações, à melhoria da educação das mulheres e sua luta constante contra a inferiorização, de acordo com Lipovetsky,

Por meio da nova cultura do trabalho, as mulheres exprimem a vontade de conquistar uma identidade profissional plena e, mais amplamente, o desejo de ser reconhecidas a partir do que fazem e não mais do que são 'por natureza', como mulheres: o ciclo da pós-mulher no Lar fez o feminino entrar no universo concorrencial e meritocrático, tradicionalmente masculino. (2000, p. 224)

A mulher quer conquistar seu espaço no mercado de trabalho, por esse motivo, cada vez mais vem investindo em si, na sua formação, e se inserindo em novas esferas do mercado de trabalho.

Gráfico 5 - Taxa de participação população economicamente ativa no Brasil (1950-2010)

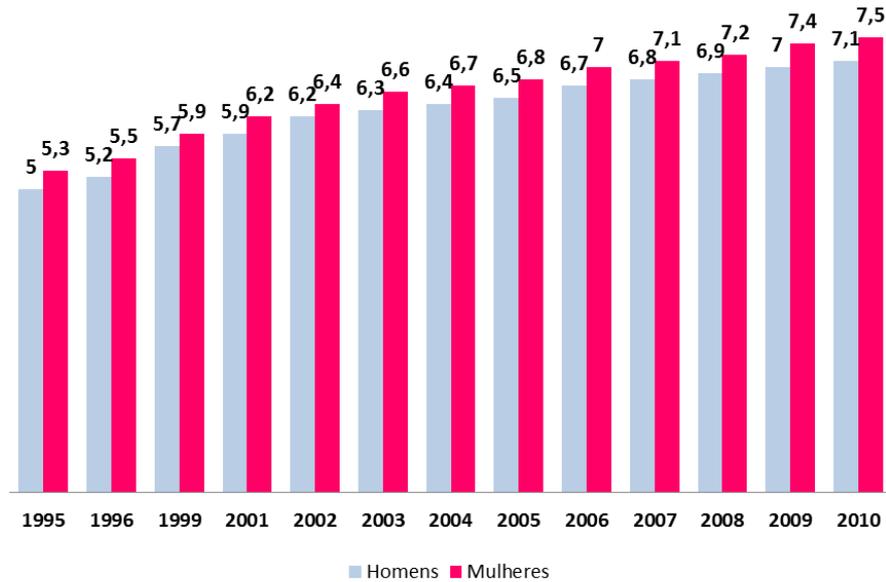


Fonte: Censo demográfico. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Desta maneira, conforme gráfico acima, podemos constatar que o aumento da mulher no mercado de trabalho teve um aumento de mais de 40%, sendo que durante as décadas de 1950 a 1960 foi um aumento pequeno em relação às décadas de 90 e 2000. Enquanto o ingresso da mulher no mercado de trabalho só aumentou, a participação do homem teve um declínio na década de 1970, e tanto um aumento relativamente pequeno se comparado ao das mulheres.

Com a oportunidade de ter acesso ao mercado de trabalho, as mulheres começaram a se capacitar cada vez mais, aumentando assim a qualidade de sua instrução, bem como com a sua preparação para o mundo do trabalho. Conforme gráfico abaixo, podemos constatar a evolução da mulher em seu nível de escolarização.

Gráfico 6 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, período de 1995 a 2010.



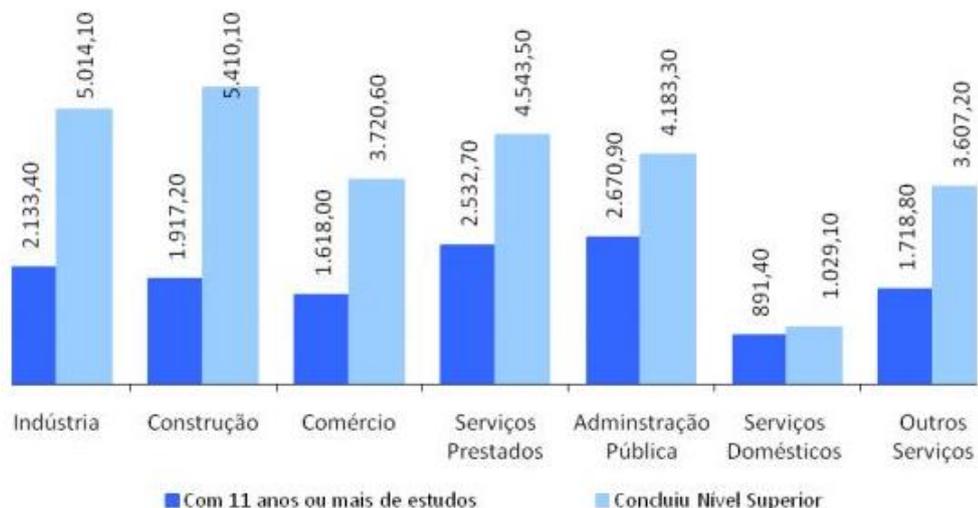
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995-2011

Segundo pesquisa do IBGE (2012):

O rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua sendo inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual dos rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que, em média, as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era 70,8%.

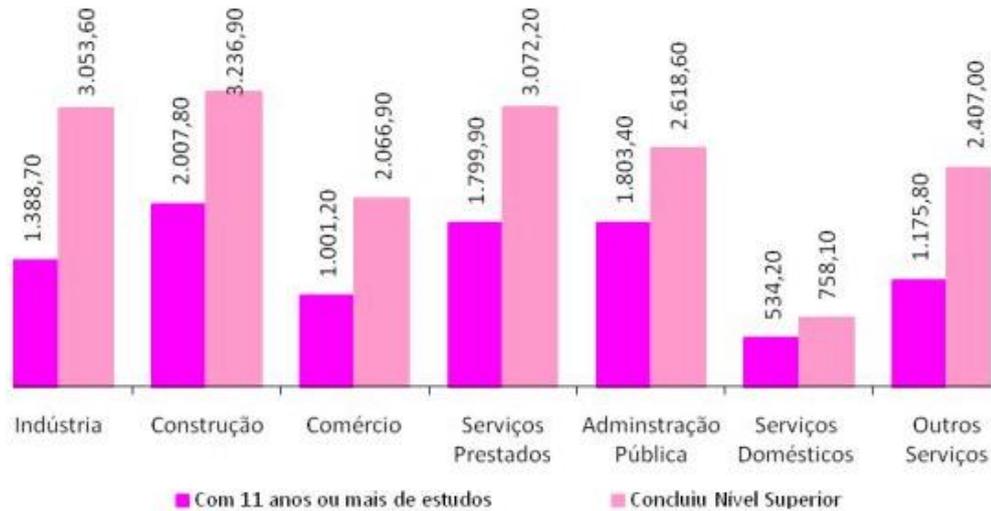
Conforme os gráficos apresentado abaixo, pode-se verificar que o rendimento mensal masculino é superior ao feminino até mesmo na área de serviços domésticos, segmento com a predominância feminina.

Gráfico 7 – Rendimento médio habitual da população ocupada masculina, por escolaridade, segundo grupamento de atividades - 2009



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE

Gráfico 8 – Rendimento médio habitual da população ocupada feminina, por escolaridade, segundo os agrupamentos de atividades - 2009



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE

O fato de pessoas que desempenham os mesmos cargos, ou até superiores, receberem remunerações diferentes no mercado de trabalho não é algo exclusivo do Brasil, é algo que se percebe em vários países. Entretanto, no Brasil, essa desigualdade é historicamente cultivada pela sociedade. (CAVALIERI; FERNANDES, 1998, p.1). Essas diferenças de rendimentos no mercado de trabalho podem ser explicadas, conforme apontam Ramos e Vieira (2000, p. 8), por meio de vários fatores, dentre os quais se destaca a educação e a experiência.

Esses fatos demonstram a vontade feminina em ter espaço no mercado de trabalho, não sendo desmerecida pelo fato de ser mulher, acabando com costumes históricos de discriminação e segregação de gênero que delimitam a atuação da mulher e ainda perseveram em algumas áreas, esta discriminação não está ligada apenas a relação da mulher com o espaço privado, ou seja, a segmentação do serviço feminino, ela também encontra-se diretamente ligada com disputas pelo poder, disputas políticas e econômicas, dessa forma as mulheres enfrentam barreiras invisíveis na busca estabilidade. Tais barreiras invisíveis são advindas da cultura e da sociedade essas barreiras são conhecidas como O teto de vidro, nós não a vimos, mais elas estão ali, impedindo a subida.

4 A UNESC E AS DOCENTES MULHERES NO PERÍODO DE 2017/2

Este capítulo tem o propósito de resgatar o contexto histórico-social da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, bem como sua estrutura organizacional. Ainda abordará as questões de gênero, em especial na divisão sexual do trabalho, analisando, as funções ocupadas e níveis hierárquicos, áreas de atuação na instituição acadêmica, em que as mulheres estão inseridas, buscando problematizar os princípios da separação de tarefas e hierarquias.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA UNESC NA CIDADE DE CRICIÚMA

A Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), mantenedora da Unesc, foi criada pelo Poder Público Municipal, materializando assim um querer que surgiu da atuação da comunidade na busca coletiva pelo atendimento às necessidades regionais.

De acordo Volpato (2011, p. 9) a FUCRI foi criada “[...] como resultado de um movimento da sociedade civil organizada para satisfazer uma necessidade regional: oportunizar Ensino Superior a centenas de jovens da região que buscavam as capitais dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para estudar [...].”

Abaixo, a imagem da primeira sede administrativa da FUCRI no centro de Criciúma/SC.

Figura 1 – primeira sede administrativa da FUCRI



Fonte: Bitencourt (2011, p. 59)

Conforme Dias:

A primeira escola de Ensino Superior, criada em 1970, foi a Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (Faciescri), com os cursos de Matemática, Desenho, Ciências e Pedagogia; e, nos anos seguintes, criaram-se: a Escola Superior de Educação Física e Desportos (Esede), em 1974, com o curso de Educação Física; Escola Superior de Tecnologia (Estec), com o curso de Engenharia de Agrimensura; Escola Superior de Ciências Contábeis e Administração (Escca), em 1975, com os cursos de Ciências Contábeis e Administração empresarial e hospitalar. Mas, a Instituição continuava a expandir seus cursos visando criar outras escolas. Bitencourt (2011, p. 68) relatou que “[...] ainda no ano de 1973, entrou com o processo [...] requerendo a autorização para o funcionamento dos cursos de Letras e Estudos Sociais [...]”. Em 1978, os cursos de Letras com habilitação em Português e Inglês, Estudos Sociais com habilitação em Moral e Cívica passaram a ser oferecidos pela Faciescri. (2015, p. 147)

A FUCRI até o ano de 1986 tinha seus dirigentes de maior influência indicados pelo poder público municipal. Apenas em 1987 conseguiu aprovar mudanças em seu sistema organizacional, assegurando assim autonomia na escolha de seus gestores. Até setembro de 1991 a Fucri contava com quatro Unidades de Ensino: A Faciescri, a Esede, a Estec e a Escca. Com o avanço do Processo de transformação em Universidade, foram realizadas algumas ações, uma delas, a união regimental e a criação da Unifacri - União das Faculdades de Criciúma - fruto da incorporação das quatro escolas no dia 24 de setembro de 1991,

o Conselho Estadual de Educação, por meio do parecer 256/91, aprovou o regimento unificado da Unifacri.

O projeto de transformação da Unifacri em Unesc foi enviado ao Conselho Federal de Educação em 1991 e aprovado em agosto de 1992 por meio do parecer 435/92 do Conselho Federal de Educação. Com a transferência da competência de criação de universidades para o Conselho Estadual de Educação o projeto da Unesc foi encaminhado do Conselho Federal de Educação para o Conselho Estadual de Educação, que em criou a Comissão de Acompanhamento, cuja missão era o acompanhamento do processo de transformação da Unifacri em Unesc. Desta forma, houveram, conforme Bitencourt, passos concretos em direção à transformação da então Unifacri em Universidade, ou seja, em UNESC.

Assim, através da Resolução n. 35/97/CEE-SC, de 16 de outubro de 1997 publicada no Diário Oficial de Santa Catarina, n. 13.795, em 04/11/97, a Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) foi reconhecida com o *campus* em Criciúma, com a finalidade de produção, incentivo e difusão do conhecimento, através de ações voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, sua missão é “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”, direcionando assim, suas ações para preservação ambiental da região profundamente degradada pela extração do carvão com o objetivo de cooperar para transformar a realidade em que estava inserida. Por ser reconhecida como universidade comunitária, a Unesc não possui fins lucrativos e reverte todos os resultados na própria atividade educacional, sua condição de universidade comunitária faz com que a Unesc não apenas ensine à comunidade, mas também aprenda com ela, sendo assim uma instituição de Ensino Superior criada e mantida com o apoio sociedade civil, suas decisões são por meio de processo democrático e participativo. Desse modo, permite uma aproximação não só da comunidade, mas também de seus docentes e discentes. (DIAS, 2015, p.150).

Conforme Vannucchi (2004, p. 32)

Universidade comunitária é a universidade, mantida e supervisionada por uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, gerida por colegiados constituídos de representantes de professores alunos e funcionários e da sua entidade mantenedora, bem como da sociedade em geral.

Em 2007, a Universidade passou a ter uma nova estrutura de gestão, formada pela Reitoria e Pró-reitorias de Administração e Finanças, Ensino de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, além de segmentar os cursos em quatro Unidades Acadêmicas (UNA's), que compreendem aos cursos de Graduação, Pós-Graduação, Tecnológicos e Sequenciais. As UNA's são subdivididas em quatro segmentos, conforme as áreas de conhecimento, assim, têm-se a: UNA Ciências da Saúde (UNASAU); UNA Humanidades, Ciências e Educação (UNAHCE); UNA Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA) e UNA Ciências, Engenharias e Tecnologia (UNACET).

Os cursos da saúde que integram a UNASAU são os seguintes: Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Tecnologia em Gastronomia. A UNAHCE compreende os cursos de Artes Visuais, bacharelado em teatro, Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Sociologia. Na UNACSA estão os cursos de Administração, Administração Habilitação em Comércio Exterior, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Secretariado Executivo, Tecnologia em Gestão Comercial, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Tecnologia em Gestão Financeira, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Segurança no Trânsito. E, por fim, da área UNACET estão os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Design, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Cerâmica e Vidro. No entanto este ano houve a aprovação na alteração na estrutura da Unesc, dessa forma, deixando assim de ser as UNA's e passando a ter apenas duas pró-reitorias.

A UNESC oferece 40 cursos de graduação e 13 cursos tecnológicos, todos com ênfase na excelência em educação superior, 7 mestrados, quais sejam: Mestrado em Ciências Ambientais, Mestrado em Ciências da Saúde, Mestrado em Ciência e Engenharia de Materiais, Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico, Mestrado em Direito, Mestrado em Educação, Mestrado Profissional em Saúde Coletiva. Ainda, conta dos doutorados: Doutorado em Ciências da Saúde e Doutorado em Ciências Ambientais, 6 MBA's: MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais, MBA em Direito Corporativo, MBA em Engenharia e Gestão de Processos Produtivos, MBA em Executivo de Pessoas e Coaching, MBA em

Executivo em Controladoria e Finanças, MBA Gestão de Negócios e Estratégia Competitiva, 47 cursos de especialização divididos em 5 áreas de conhecimento, Gestão, Direito, Engenharias e Tecnologias, Educação e Saúde. (PORTAL UNESC, 2017).

No período de 2017/2 a Unesc tem cerca de 12.509 alunos entre graduação, especialização, Colégio Unesc, mestrados e doutorados; possui corpo docente de 730 professores, dos quais 61,5% são mestres e doutores; conta um quadro de 696 funcionários; mais de 97% dos cursos de graduação avaliados com conceitos 4 ou 5 – sendo o conceito máximo 5 conferido pelo MEC, é considerada a 18ª melhor instituição não estatal do Brasil segundo o RUF 2017; nos quesitos Pesquisa e Internacionalização, é líder do RUF entre as instituições não públicas do Estado, está entre as 19 Instituições de Ensino Superior do Brasil a receber o selo de acreditação do CFM (Conselho Federal de Medicina) e da ABEM (Associação Brasileira de Educação Médica).

Na extensão, a Unesc realiza 122 projetos de extensão comunitária, com 306 bolsas de estudo para estudantes de graduação; a Universidade figura no seletor grupo formado por 22% das 4.175 Instituições de Ensino Superior brasileiras que obtiveram aumento no conceito de qualidade de seus PPGs (Programas de Pós-Graduação) na avaliação da Capes; possui ainda o Iparque (Parque Científico e Tecnológico) que realiza parcerias e presta serviços para municípios da região e empresas de diversos estados brasileiros. (PORTAL UNESC, 2017).

4.2 ADVERSIDADES DE GÊNERO: DISCRIMINAÇÃO OU SEGMENTAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Quando analisamos a profissão de docente sob a ótica da divisão sexual do trabalho, verificamos que determinadas áreas se constituem como áreas predominantemente masculinas, ao passo que outras áreas são tidas como áreas de predominância feminina.

A Unesc teve em seu quadro de reitoria, mulheres nas pró-reitorias² ou como vice, mas na função de Reitor foram sempre homens, preservando o que Cappellin (2008, p. 90) afirmou: “predominância hierárquica dos homens nos postos

² No ano de 2017/2, existem três Pró-reitorias, sendo que apenas uma delas conta em sua gestão com mulher na função.

mais altos e mais bem remunerados das organizações”. A autora sugeriu, portanto, que se trata de uma função com predominância masculina. Na Unesc, entretanto esse cenário se modificou quando, a partir do segundo semestre de 2017 o cargo de Reitora passou a ser exercida por uma mulher, a prof^a. Dr^a. Luciane Bisognin Ceretta.

Entretanto, analisando, essa predominância masculina no cargo mais alto da Universidade, sob a óptica da divisão sexual do trabalho, conseguimos verificar a desvalorização do reconhecimento e esforço feminino em todos os setores que se faz presente. Esse reconhecimento pode ser em função da histórica exclusão das mulheres para certos cargos/funções na esfera privada, principalmente quando se fala em cargos hierarquicamente superiores. Em decorrência da feminilização³ da profissão feminina, as mulheres são diretamente ligadas dupla jornada de trabalho da esfera privada e induzidas a se dedicarem a casa e família filhos, tornando assim mais difícil as docentes conquistarem a função de Reitor.

Bruschini e Lombardi (2000, p. 70) esclareceram que “em nossa sociedade, os afazeres domésticos são tidos como responsabilidade da mulher, qualquer que seja sua situação social, sua posição na família e trabalhe ela ou não fora do lar”.

Desta maneira, mulher se encontra “presa” a esfera privada, sendo dificultado a ela a ocupação de vários cargos, ditos como da esfera pública. Cappelle, Melo e Souza (2013, p. 173) explicam que “olhar o mercado de trabalho na ótica das mulheres implica observar diversas outras atividades, uma vez que, além de fazer parte dos espaços produtivos de caráter público, à mulher compete outras atribuições impostas pela sociedade voltadas para a manutenção da família.”

Nesta linha podemos observar que existem tarefas que são culturalmente masculinas, levando assim os homens ao trabalho na esfera pública, já as tarefas que não competem ao homem como, por exemplo, o trabalho doméstico é classificado como esfera privada e assim, acabam sendo intituladas como de responsabilidade da mulher. Assim, aos homens a sociedade reserva os cargos hierarquicamente altos, e as mulheres os cargos inferiores. Além disto, existe o conceito equivocado de que o homem é forte, racional, detentor de autoridade, pode dedicar-se a função sem grandes empecilhos, sustentando dessa forma, a crença de

³ Feminilização: refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação. (YANNOULAS 2011, p.273)

desvantagem e inferioridade feminina para ocupação de cargos maiores na sociedade.

Nesse sentido, Cappellin (2008, p. 96) expressa que: “fala-se de antigas e tradicionais formas de sexismo; de isolamento das mulheres executivas frente a importantes redes informais de poder; da circulação de atitudes sexistas que colocam as mulheres em desvantagem no ambiente das tomadas de decisão.” Desta maneira, essa inconstância que foi criada em relação ao trabalho feminino, insinua e naturaliza certa incapacidade quando se fala em mulheres assumirem cargos de gestão hierarquicamente altos.

Na Instituição estudada, no ano de 2017/2, ainda que a função maior de reitora seja ocupada por uma mulher, a predominância é de homens nos cargos de gestão da Instituição, entretanto, estudos apontam relevante progresso da presença de mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996 p.483; BRUSCHINI, 2007 p. 543; CAPPELLIN, 2008 p. 105-113).

Pesquisas relatam que docentes homens e mulheres do ensino superior esbarram em fatores nada semelhantes quando se trata de construir suas carreiras, esses fatores não semelhantes, na maioria das vezes se demonstram como situações laborais menos oportunas para que as mulheres edifiquem suas carreiras nas Universidades.

No Brasil, por exemplo, embora hoje as mulheres componham metade do total de pesquisadores, sua distribuição é desigual dentro das grandes áreas de conhecimento. No campo de Linguística, Letras e Artes, elas chegam a 67%, e nas Ciências da Saúde, a 60%. Nas Ciências Exatas, porém, são apenas 33% e nas Engenharias, 26%. Os dados são do estudo “A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento”, conduzido por Isabel Tavares, coordenadora da área de iniciação científica do CNPq. Ela se baseou em números de 2006 do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) da instituição, da Plataforma Lattes e da Coleta/Capes [...] Essa concentração em certas subáreas é verificada mesmo nos campos onde a presença das mulheres é grande, como as Ciências Sociais Aplicadas. No Brasil, elas são a maior parte dos pesquisadores em Economia Doméstica (88%) e Serviço Social (82%), mas minoria em Economia (31%) e Direito (40%). [...] os números confirmam a tendência de destinar “as atividades de finanças e gerência para os homens, bem como a tradição de jurista, cabendo à mulher a economia do lar e o atendimento à sociedade”. Algo semelhante acontece na Medicina, onde o número de mulheres tem crescido desde a década de 1990, mas é mais evidente em pediatria, dermatologia, ginecologia, clínica geral. (NOGUEIRA, 2011, p. 1-2).

Embora sejam encontradas mulheres em diversas áreas do mercado de trabalho e em cursos acadêmicos, atualmente ainda existe o se costuma intitular

como “guetos femininos” ou “guetos profissionais” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000 p. 88 - 101; 2007 p.52; BARBALHO, 2008 p.13; ÁVILA, 2009 p.93; COSTA, 2011 p.26).

Conforme Bruschini e Lombardi (2000 p.100 -101)

A participação das mulheres no mercado de trabalho caracteriza-se no Brasil por ter dois polos opostos de atividade. O primeiro abriga as ocupações de má qualidade quanto aos níveis de rendimento, formalização das relações e proteção no trabalho. O outro, as boas ocupações, caracterizadas por níveis mais elevados de formalização, de rendimentos e proteção.

Desta forma, podemos identificar que os pólos onde estão a de má qualidade são os chamados “guetos femininos” onde estão profissões classificadas como femininas historicamente ditas como profissões que não exigem grau de instrução elevado, desta forma, também não necessitam de boa remuneração como, por exemplo, empregada doméstica, em contra partida temos o pólo onde estão as boas ocupações, esse exige grau de instrução elevado, melhor remuneração e garante direitos, pois são sempre formalizados, nesse pólo podemos enquadrar profissões como arquitetura, Engenharia, Medicina, Direito, em suma, profissões predominantemente ocupadas por homens.

Bruschini (2007, p. 549), em sua pesquisa referente a presença na mulher no mercado de trabalho, usou dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Educação, referente as áreas em que as mulheres estavam presentes, a autora destaca que, na formação no Ensino Superior, as mulheres tiveram um aumento expressivo, entretanto “as escolhas das mulheres continuam a recair preferencialmente sobre áreas do conhecimento tradicionalmente ‘femininas’, como educação (81% de mulheres), saúde e bem-estar social (74%), humanidades e artes (65%), que preparam as mulheres para os chamados ‘guetos’ ocupacionais femininos”, ranço continuação a segmentação das mulheres aos “guetos femininos”.

Pesquisas indicam que as mulheres constituem o quadro de docentes da Educação Infantil como maioria, ao mesmo tempo em que são minoria no quadro de docentes do Ensino Superior (VIANNA, 2001, p. 92). Analisando as áreas de conhecimento, é se pode comprovar que elas são divididas em guetos. Mesmo com o esforço feminino para que estejam presentes em todos os cursos, há enorme

diferença quando é comprada a presença feminina e masculina nos mesmo, habitualmente, essas diferenças são encontradas de forma expressiva nas áreas de Engenharia e Ciências Exatas.

Almeida (2014, p. 924) esclarece que

As mulheres poderiam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão, no caso, o magistério, e colaborassem na formação das gerações futuras. Porém, não poderiam exercer profissões nas quais concorressem com os homens, ressaltando-se que a missão principal de suas vidas era a geração e a criação de filhos saudáveis para o país em desenvolvimento

Dessa forma, pode-se observar a tendência que as de docentes mulheres encontram para as áreas das humanidades ou seja, saúde, cuidado e ensino, enquanto os homens, para as áreas tecnológicas e de engenharias retrato de crenças sociais que foram historicamente naturalizadas. A feminização afeta de forma direta a execução da profissão de docente, não dando assim as mulheres a chance de chegar a ocupar os cargos hierarquicamente mais altos.

Ainda que o ensino seja uma área de atuação feminina, a docência do ensino superior encontra-se predominantemente ocupada por homens, isso se da por conta da relação de poder, o poder de estar influenciando pessoas, o poder de ser respeitado e ser formador de pessoas e profissionais.

Esta maneira, nos dias de hoje, ainda se espera, principalmente na Educação Infantil e anos iniciais encontrar a figura feminina, da professora em sala de aula e, no entanto, quando essa imagem for de um homem, acaba gerando estranheza por parte da sociedade. Progressivamente, as mulheres foram se inserindo no contexto escolar, mesmo sobre protestos de uma sociedade machista e patriarcal, incluindo no ensino superior, embora a feminina presença ainda seja altamente significativa nos cursos de papel “feminino”.

4.3 TRAJETORIA E ANÁLISE DOS DOCENTES DA UNESC A PARTIR DE ÓTICA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Os dados apresentados nesse trabalho são referentes às docentes mulheres da instituição estudada, coletados com data de setembro de 2017 e da relação de gestores disponibilizada pela Reitoria no segundo semestre de 2017,

sendo que nos números apresentados foram contabilizadas professoras que estão afastadas, em virtude de licença gestação ou que constam de portarias de licença.

Ademais, existe predominância masculina nos cursos da área tecnológica, servindo assim de barreira para o crescimento feminino nessa função. Conforme Lombardi (2008, p. 401)

O fato é que o comando feminino de maneira geral, e na área tecnológica em particular, é fato bastante recente nas organizações. Até o momento, ele requer, de um lado, a aceitação dos padrões masculinos de carreira esperados pelas empresas por parte das mulheres que desejem desempenhá-lo, e de outro, a aceitação e a legitimação da autoridade técnica feminina por parte dos homens.

Diferente de instituições que, de um modo geral, a segmentação de gênero limita à atuação das mulheres em certas funções, especialmente em cargos hierarquicamente mais altos, a instituição estudada demonstra uma significativa parcela de mulheres como vice-coordenadora dos cursos, sendo que atualmente o cargo de maior nível hierárquico a reitoria é ocupada por uma mulher. Desta forma, podemos constatar que esse fato é atípico uma vez que o resultado da pesquisa obtida por Gauche, Verdinelli e Silveira (2013, p.4) demonstra que na função de Reitor, 79,4% dos ocupantes da função são homens nas universidades públicas brasileiras.

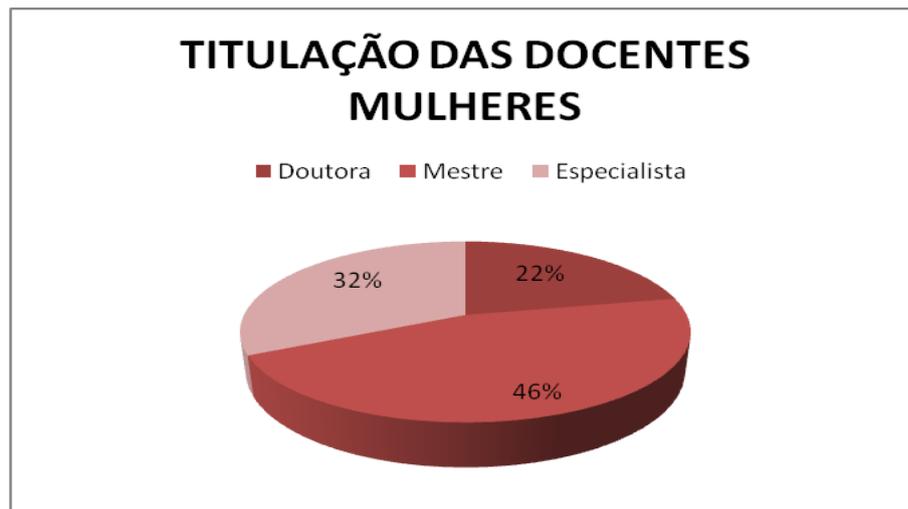
Em 2017/2 a Unesc conta com 712 docentes, desses 306 são mulheres, conforme demonstra tabela de nº, sendo que se constata, ainda, uma diferenciação de 14% a mais de docentes homens na instituição. Das 306 docentes, 67 possuem título de doutora, 141 possuem título de mestre e 98 título de especialista, como demonstra o gráfico:

Gráfico 9 – Total de Docentes na Instituição



Fonte: Unesc (2017/2)

Gráfico 10 – Titulação das docentes mulheres



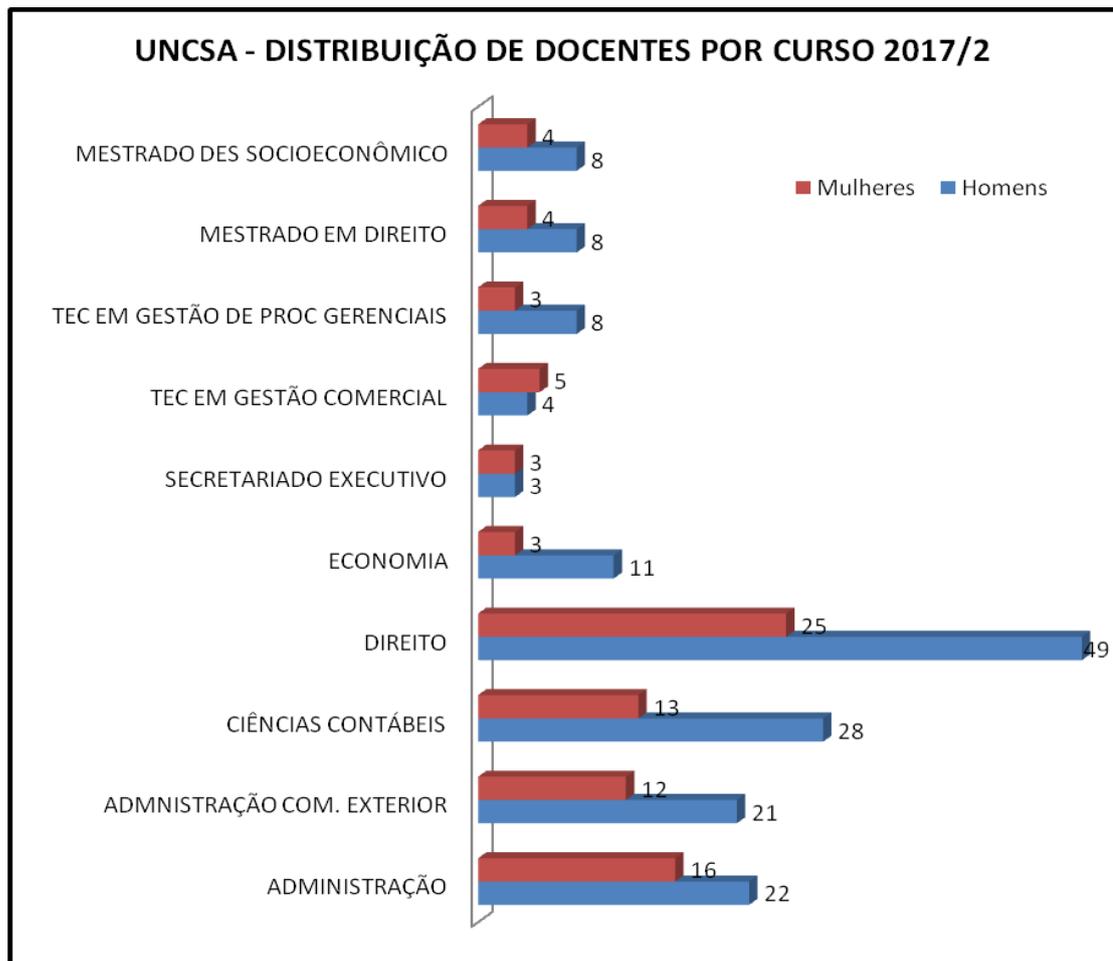
Fonte: Unesc (2017/2)

Na sequência se fará a análise por cada unidade acadêmica da instituição, desta maneira, segmentou-se as quatro grandes áreas de conhecimento instituídas pela Universidade UNACSA, UNACET, UNAHCE, UNASAU.

A UNACSA possui cursos presenciais e na modalidade EAD, possuindo ainda dois mestrados: Programa de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico e Programa de Mestrado em Direito.

O gráfico abaixo indica o número de docentes separados por sexo, nos cursos disponíveis na UNACSA no segundo semestre do ano de 2017.

Gráfico 11 – UNCSA – Distribuição de docentes por curso 2017/2

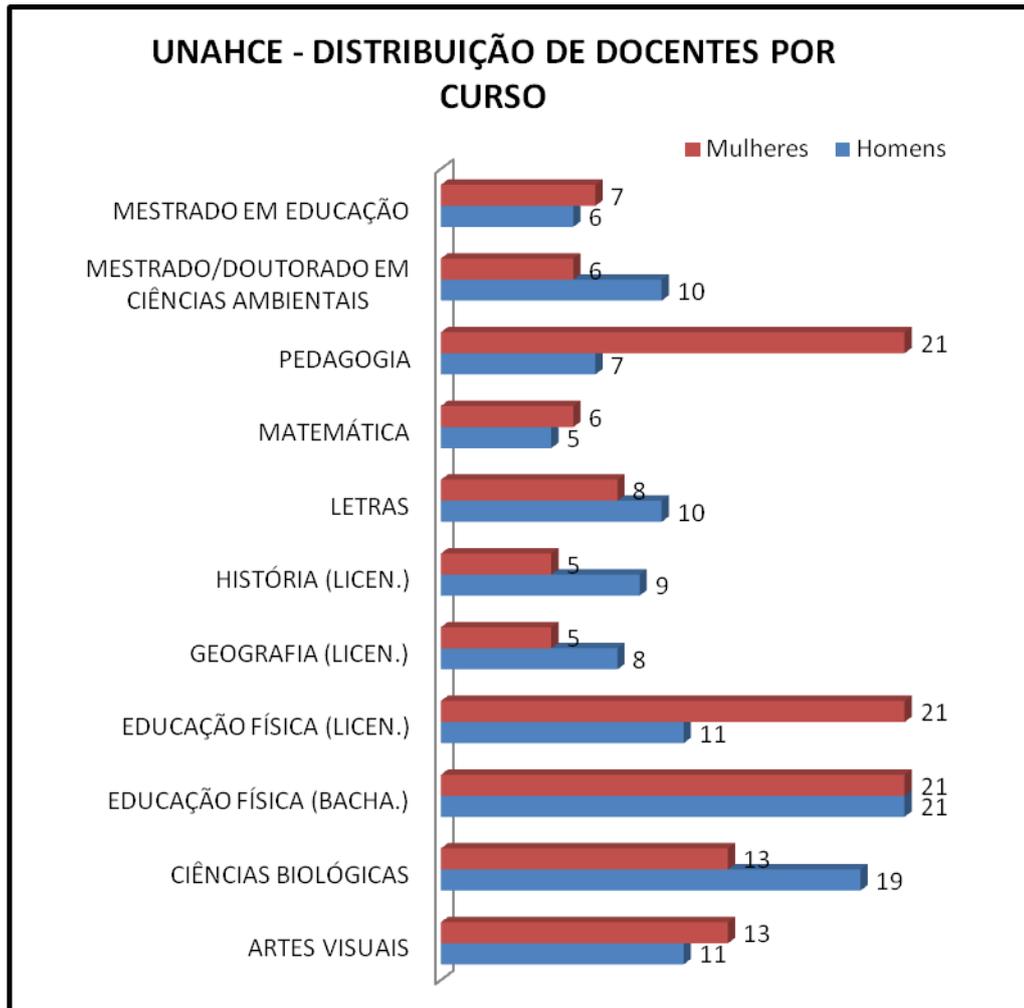


Fonte: Unesc (2017/2)

Percebe-se o predomínio de professores do sexo masculino na UNCSA, entretanto, os cursos oferecidos por essa unidade não são as áreas tradicionalmente ocupadas por homens, porém, essas áreas retratam uma coerência com a predominância masculina na sociedade. A UNACSA engloba essencialmente cursos que, segundo a sociedade patriarcal, exigem conhecimento técnico avançado, papel esse atribuído ao homem, embora aos poucos as mulheres estão se inserindo nessas áreas, ainda assim, o número de docentes femininas é inferior.

No gráfico abaixo se apresenta o número de docentes da UNAHCE, incluindo-se os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais (PPGCA) e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

Gráfico 12- UNAHCE – Distribuição de docentes por curso



Fonte: Unesc (2017/2)

Ao avaliarmos a presença feminina na UNAHCE conseguimos observar que, atualmente, esta é a unidade que conta com maior participação de docentes do sexo feminino em comparação aos docentes do sexo. Se compararmos o número de docentes presentes no curso de pedagogia ou Educação Física com o curso de Direito ou Ciências Contábeis (UNACSA) conseguimos constatar a presença da divisão sexual do trabalho que cria obstáculos uma participação equivalente nos cursos, mesmo a área de ensino sendo considerada como uma área de atuação feminina.

O resultado encontrado UNAHCE mostra que as mulheres encontram ingresso mais fácil em tal meio profissional, isto é, essa é a área em que o trabalho feminino mais é aceito, é naturalizado pela sociedade. Observando pela ótica da divisão sexual do trabalho, a área da educação em todos os níveis Fundamental,

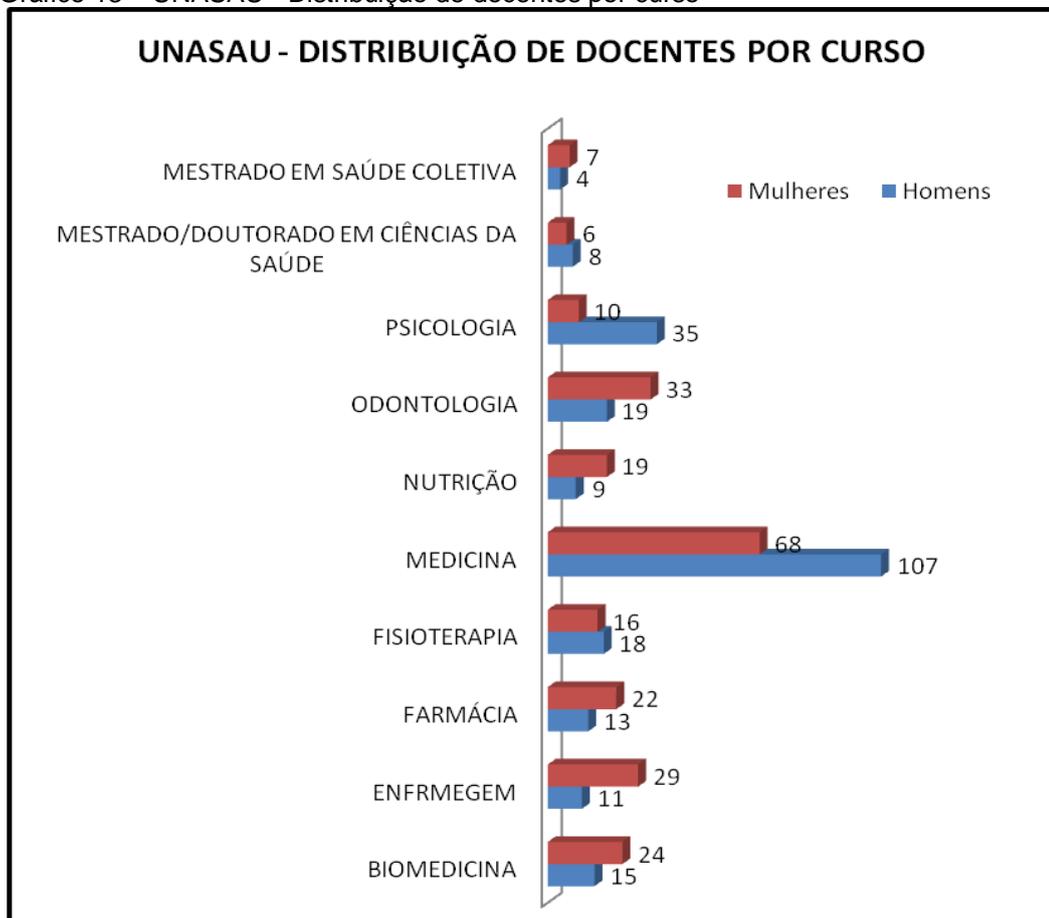
Médio e Superior é classificada como um ramo de atividade feminina, isto é, um trabalho de feminino.

Conforme dados apresentados até o momento, podemos concluir que, apesar de terem visado sua maior atuação em todas as áreas, sua inserção ainda tem como sombra a segmentação da divisão sexual do trabalho, gerando assim os “guetos femininos”, onde a presença feminina é habitual. Esses “guetos femininos” são vistos nas informações coletadas, que mostram o predomínio de mulheres nas áreas das ciências e educação. Desta forma, são criadas, dificuldades invisíveis, onde as mulheres são forçadas a comprovarem sua capacidade intelectual e produtiva com maior rigor.

A UNASAU conta com Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) – Mestrado e Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCOL).

Abaixo, o gráfico indica o número de docentes segmentados por sexo em cada curso da unidade

Gráfico 13 – UNASAU - Distribuição de docentes por curso



Fonte: Unesc (2017/2)

Conforme gráfico, podemos analisar que os dados apontam uma divisão por sexo relativamente equilibrada na UNASAU. Em uma avaliação superficial, conclui-se que é uma unidade com alta feminilização, haja vista tratar do “cuidado” em seus cursos. No entanto, o curso de Medicina, notadamente, demonstra grande disparidade quanto ao número de docentes homens e mulheres em relação aos demais cursos desta unidade.

Hirata (2002, p.346) afirma que nas áreas onde são exigidos conhecimentos técnicos a existência de profissionais do sexo masculino é tradicionalmente vista como historicamente melhor. A Medicina, ainda que vista como uma profissão que tem por primazia cuidados com o outro, atendimento assistencial e valorização da vida, ainda é classificada comum a área que requer um grande domínio técnico por parte dos profissionais. Entretanto, atualmente começamos a observar maior participação de mulheres no curso de Medicina.

Seria importante destacar que culturalmente mulheres são educadas para o cuidado e, neste sentido, a carreira médica representa uma forma profissional de desenvolver estas habilidades socialmente adquiridas. No entanto, deve-se ressaltar que mesmo no caso da Medicina, em que o percentual de mulheres chega a quase 40% no nível 2, à medida que se sobe na carreira este percentual diminui. (BARBOSA; LIMA, 2013, p. 83).

Nesse sentido, Bruschini (2007, p. 565) demonstra que “persistem também os tradicionais guetos femininos, como a enfermagem (89% dos enfermeiros, 84% dos técnicos de enfermagem e 82% do pessoal de enfermagem eram do sexo feminino em 2002).”

O cuidado é visto historicamente como responsabilidade feminina, assim como o ensino, entretanto estes não são valorizados, “Cuidado, feminização e desprestígio são marcas das práticas sociais do cuidado calcadas nos paradoxos decorrentes da divisão sexual do trabalho” (MARCONDES, 2013, p. 264).

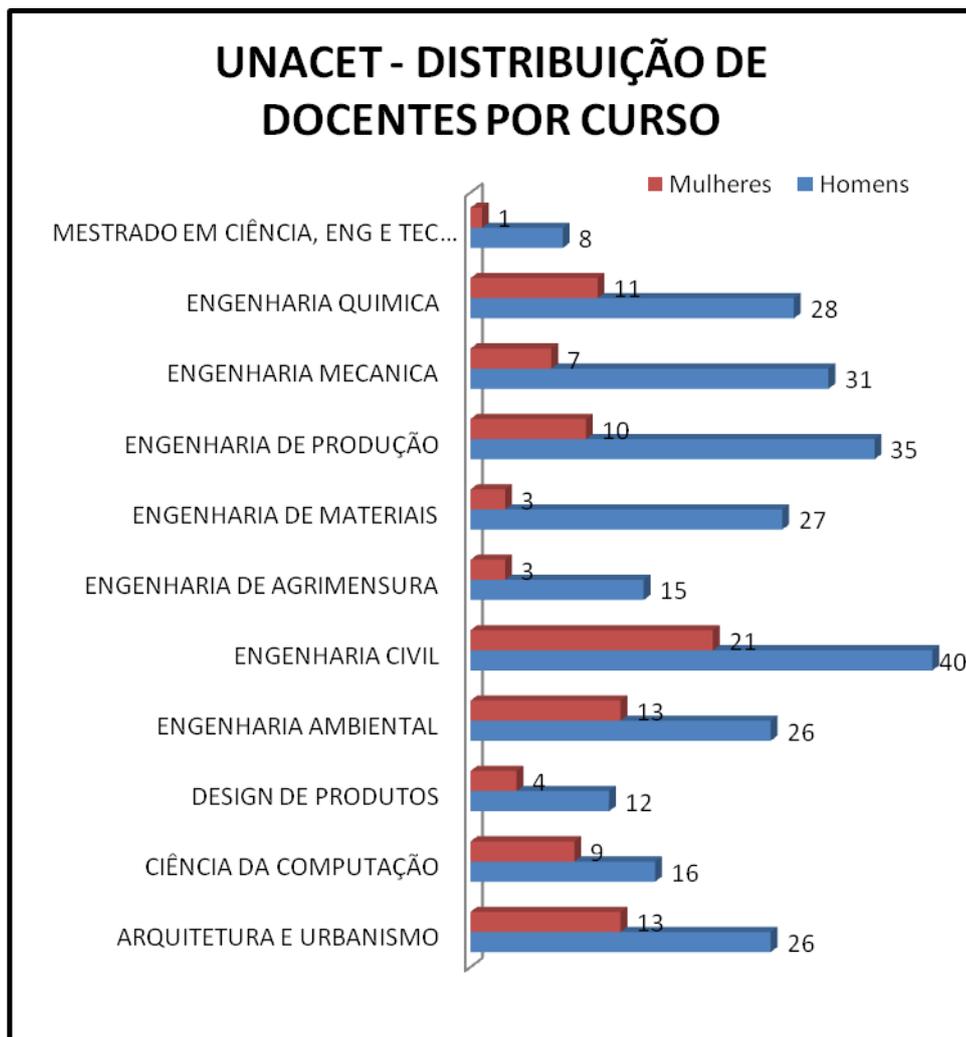
Quanto mais próximas estejam essas atividades profissionais dos dependentes estigmatizados, mais elas tendem a se colocar como periféricas no espectro de prestígio e de remuneração. Um exemplo é a comparação entre os (as) professores (as) da educação infantil e da educação superior, ou de enfermeiros (as) e médicos (as) cirurgiões (ãs). (MARCONDES, 2013, p. 270).

Após analisar os dados podemos constatar que até mesmo nas profissões tidas como femininas ainda há certa predominância masculina, desta forma nota-se

que, ao analisar uma área de conhecimento específica, tendo em vista que cada profissão são historicamente e socialmente diferentes, assim, as áreas feminilizadas, em que as mulheres foram gradativamente inseridas, ainda não asseguram uma área de atuação sem distinção de sexo, que leve em consideração a qualificação, preparação e capacidade ao invés de sexo.

Por último iremos analisar a UNACET, no gráfico abaixo, está à distribuição de professores por curso conforme sexo.

Gráfico 14 – UNACET – Distribuição de docentes por curso



Fonte: Unesc (2017/2)

No primeiro semestre de 2017 o número de docentes mulheres é expressivamente menor que o número de docentes homens que atuam na referida unidade.

A discussão centra-se no eixo teórico da divisão sexual do trabalho, isto é, de que há uma densa segregação sexual das ocupações, as quais tendem a reproduzir estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres, como

elemento importante da informação. Embora a divisão sexual do trabalho seja “plástica”, isto é, sua dinâmica se altera isso não assegura que a feminização do mercado de trabalho não possa vir a ocorrer como consequência dos processos de precarização, assim como da vulnerabilidade das condições de trabalho, sendo estes mais direcionados às mulheres. Dito de outra maneira, a inserção de mulheres no mercado de trabalho, como tem sido no caso da construção civil, vem ocorrendo sem mudanças de natureza qualitativa; ao contrário, as habilidades consideradas “naturais” ou “inatas” são retraditionalizadas, assim como os estereótipos são incorporados pela lógica do capital e dos empresários, e se desloca para reproduzir-se nos diferentes contextos midiáticos. (BANDEIRA, 2013, p. 13).

Lombardi ainda faz à seguinte análise:

A inserção das professoras na docência da Engenharia continua sendo um ato de transgressão, pois as regras de sociabilidade acadêmica continuam eivadas de representações tradicionais de feminino e masculino que localiza as mulheres, docentes e discentes, em uma situação, senão de desvantagem, ao menos de suspeição quanto à sua capacidade. No que diz respeito às possibilidades de inserção das (os) alunas (os) no mercado de trabalho, os (as) docentes são unânimes em dizer que na Engenharia persistem mecanismos de discriminação de gênero e uma divisão sexual de trabalho hierarquizada. (2013, p. 121)

Embora a mulher esteja conseguindo se inserir nestas áreas, ainda há uma enorme desigualdade, essa desigualdade se dá pelo contexto histórico, onde o trabalho feminino é voltado para o cuidado enquanto o homem é destinado a área de produção, ciências e tecnologia. A crença da sociedade ainda se encontra preso em uma separação de sexos, espaços e interesse.

Os homens são vistos como detentores de grande potencial de alcance, enquanto as mulheres têm seu o potencial designado para às atividades domésticas, mostrando assim o domínio e predominância do sexo masculino em relação ao feminino.

Acerca da instituição, analisando sobre a ótica da divisão sexual do trabalho, é possível constatar uma segmentação no ambiente de trabalho, ainda que a instituição tenha dado um grande passo quando a reitoria foi assumida por uma mulher. Os dados apresentados neste estudo acompanham a realidade nacional confirmando que a sociedade brasileira ainda está enraizada por crenças que homem e mulher são diferentes, ou seja, uma sociedade que instrui que homens e mulheres disputem espaço e interesses ao invés de dividi-los.

CONCLUSÃO

Iniciamos esse estudo com o intuito de analisar o contexto da Unesc, a fim de verificar a existência da divisão sexual do trabalho dentro da mesma. Para tanto, realizamos um estudo com o intuito de entender questão gênero, e para compreender de que forma ela esta ligada a essa divisão. Agora podemos concluir que a sociedade julga gênero de forma equivocada, ligando esse termo a questões biológicas e sexuais, quando na verdade gênero é sistema que permite estudar os indivíduos sem ligação de sexo, o grupo gênero foi criado com o intuito de pesquisar e entender as relações envolvendo os sexos, incluindo o homem e a mulher em suas diversas semelhanças e diferenças, não podendo ser compreendido separadamente, gênero então, pode ser chamado de categoria analítica.

Conseguimos perceber que apenas a partir de muitas lutas feministas é que as mulheres conseguiram acesso ao estudo, conseguiram entrar no mercado, e cada vez mais conseguem ocupar cargos de destaque, fugindo assim da inferiorização socialmente cultivada por uma sociedade historicamente machista e patriarcal, entretanto, concluímos é que, mesmo atualmente e embora tenham acontecidos transformações sociais, ainda existem valores patriarcais que promovem a segmentação de guetos de atividade profissional feminina.

Ao estudarmos a inserção da mulher no mercado de trabalho, verificamos a imensa dificuldade que a mulher enfrenta, principalmente quando relacionado falamos em hierarquização e cargos que fogem do comum imposto as mulheres. Assim ao analisarmos os cargos de docência no ensino superior da Unesc, conseguimos verificar a grande disparidade de docentes nos cursos tidos como “masculinos”. Desta forma, a análise dos dados deste estudo apontam, que mesmo com o aumento considerável da mulher nos espaços masculinos, as áreas feminizadas historicamente, não se sofreram considerável alteração em relação a décadas atrás, ao comparar as mulheres aos homens, a mulheres ainda ocupa as posições desfavoráveis.

Apesar de a Instituição estudada apresentar traços da divisão sexual do trabalho uma segmentação na carreira de docentes, ela vem servindo como exemplos, uma vez, que seu cargo de maior hierarquia reitoria é atualmente ocupado por uma docente mulher.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. Soc. estado.** [online]. 2000, vol.15, n.2, pp.303-330. ISSN 0102-6992. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v15n2/v15n2a06.pdf>.. acesso em 11 nov.2017

ALMEIDA, J. S. Letramento e escrituras: as professoras no contexto do simbólico das práticas de formação e profissionalização docente. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 911-937, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2053/1954>> acesso em: 07 nov.2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARGÜELLO, Zandra Elisa. **Dialogando com crianças sobre gênero através** da literatura infantil. 2005, Dissertação mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/6961>> acesso em 14 nov.2017

ÁVILA, R. C. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano II, n. 2, p. 91-106, 2009. Disponível em <<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/13/41>> acesso em 08 nov.2017

BANDEIRA, Lourdes. Introdução. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Trabalhadoras:** Análise da feminização das profissões. Brasília: Abaré, 2013. Disponível em <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/view/87/85>> acesso em 12 nov 2017.

BARBALHO, R. M. **A feminização das carreiras jurídicas:** construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo. São Carlos, 2008.

BARBOSA, M. C.; LIMA, B. S. Mulheres na Física do Brasil: por que tão poucas? Porque tão devagar? In: YANNOULAS, Silvia Cristina. (Coord.). **Trabalhadoras:** Análise da feminização das profissões. Brasília: Abaré, 2013. Disponível em <<http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/barbosa-apub.pdf>> acesso em 10 nov. 2017.

BARROS, Alice Monteiro de. **O trabalho da mulher:** revisão de conceitos, in PENIDO, Laís de Oliveira. A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2006.

BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra De. **Poder, Cidadania e Desenvolvimento No Estado Democrático De Direito**, 1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil– Encontros. 2. Cidadania. 3. Estado. 4. Democracia. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25.: 2015 : Belo Horizonte, MG). Disponível em <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>> acesso em 13 nov.2017

BITENCOURT, João Batista. **Unesc: a trajetória de uma universidade comunitária**. Criciúma: Unesc, 2011. 188p

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 set. 2017

BRITO, J. e OLIVEIRA, O. **Divisão Sexual do Trabalho e Desigualdade nos Espaços de Trabalho**. In: FILHO, F.S e JARDIM S. (orgs.) *A Danação do Trabalho*, Te Corá. Rio de Janeiro. 1997.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 32, p. 537-572, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf>> acesso em: 01 nov.2017

_____; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, p.67-104, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a03.pdf>>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

_____; _____. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1.

_____; _____. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 42-88.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do trabalho da mulher: aspectos histórico-sociológicos do início da República ao final deste século**. São Paulo: Ed. LTr, 2000.

CANEZIN, Claudete Carvalho Canezin. A Mulher E O Casamento: Da Submissão À Emancipação. **Revista Jurídica Cesumar – Mestrado**, v. 4, Maringa, 2004. Disponível em <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/368/431> acesso em 30 de jul.2017

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; SOUZA, Natácia Lamoglia de. Mulheres, trabalho e administração. **Rigs: revista interdisciplinar de gestão social**, Bahia, v. 2, n. 2, p.161-191, ago. 2013. Disponível em: http://www.rigs.ufba.br/pdfs/RIGS_v2_n2_art8.pdf. Acesso em: 04 nov. 2017.

CAPPELLIN, Paola. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo?. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p.89-126, jan. 2008. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/97/73>. Acesso em: 30 de outubro de 2017

CARLOTTO, C. M. O Conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 205, jan./jun. 2001

CAVALIERI, C. H. e FERNANDES, R. **Diferenciais de Salários por Gênero e Cor: Uma Comparação entre as Regiões Metropolitanas Brasileiras**. In: Revista de Economia Política, vol.18, nº 1, Janeiro-Março 1998. Acesso em <http://www.rep.org.br/pdf/69-10.pdf> acesso em 24 de julho de 2017.

COSTA, A. C. **Ações afirmativas de gênero e trabalho: o programa pró-igualdade de gênero na Eletronorte**. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7801/4/2011_Ana_belleCarrilhoCosta.pdf. Acesso em: 08 nov.2017

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e sonoridade como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos. (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista IINTERThesis**, Florianópolis, vol. 6, nº 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1>. Acesso em 30 junho. 2017.

DIAS, Almerinda Tereza Bianca Bez Batti. Estratégia como Prática Social: práticas discursivas e questões de gênero. Revista de Administração Contemporânea, On-line version, Itajaí.SC, 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552017000300393&script=sci_abstract&tlng=pt acesso em 08 jul. 2017.

DICIONÁRIO Michelis. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, c2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/g%C3%AAnero/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

FEITOSA, J. G.; ROMERO, E.; **A Expressão do Corpo pela Conduta Motora Oral: Uma Questão de Gênero**; Arquivos em Movimento. Rio de Janeiro. V.1. n. 2.p. 5-18.julho/dezembro.2005.

GALEAZZI, Irene M. S. **Mulheres Trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero.** Disponível em:<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2001/artigo4.pdf> . Acessado em: 17 de julho de 2017

GAUCHE, Susana; VERDINELLI, Miguel A.; SILVEIRA, Amélia. Composição das equipes de gestão nas universidades públicas brasileiras: segregação de gênero horizontal e/ou vertical e presença de homosociabilidade. **Anais do IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho.** Brasília, DF. 2013. Publicado em nov de 2015. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2013/2013_EnGPR87.pdf ; acesso em 01 nov. 2017

GIUZMÁN, V. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Faperj, 2008.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Discriminação da mulher no emprego: relações de gênero no direito do trabalho.** Curitiba: Genesis, 2003.

GRANADOS, Verônica. **Breve história del feminismo.** 2006. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 22, p.201-246, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Mulher No Mercado De Trabalho,** 2012; Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_no_va/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf Acesso e 30 de julho de 2017

_____. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pna_d2001_2005.pdf Acesso em 30 de julho de 2017.

_____. **Censos demográficos – vários anos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>; acesso em 01 nov 2017

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane, et al; (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. Disponível em < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf>> acesso em 14 nov. 2017.

LEITÃO, Elaine V. **A mulher na língua do povo**. 2a. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

LIMA, Maria Lúcia Chaves; MÉLLO, Ricardo Pimentel. **As Vicissitudes da Noção de Gênero**: por uma concepção estética e antiessencialista. Gênero na Amazônia, Belém, n. 1, jan./jun., 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher – Permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOBO, E. S.- **A Classe Operária tem dois sexos**. São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

LOMBARDI, Maria Rosa. Formação e docência em Engenharia, na ótica do gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Trabalhadoras**: Análise da feminização das profissões. Brasília: Abaré, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 29ª. ed. – São Paulo: Atlas, 2012. **Memorial descritivo escrito por João Batanolli**. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/91/5086/>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

MORAES, E. L.; Relação Gênero e Raça na Política Pública de Qualificação Social e Profissional. – *Construindo Identidades Sociais*. V. 1; Brasília: MTE. SPPE. DEQ.2005.

NETO, J. C. S.; LIBERAL, M. M. C.; **O Impacto da Globalização na Religião e na Condição da Mulher**. In SCHAUN, A.; RIZZO, E. ; PASCAL, M. A. M.; SCHWARTZ, R. (Orgs.). *Gênero, Mídia e Sociedade*; São Paulo. Expressão e Arte Editora. 2007. p. 109 – 130.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso de gênero na psicologia social**. Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2001. Disponível

NOGUEIRA, Pablo. **A Ciência das mulheres**. Revista Unesp Ciência, n. 17, Ano 2, Mar/2011, p. 19-22.

OLIVEIRA, Eleonora Manicucci. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec CUT –BRASIL, 1999.

PARKER, R. (1991). **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Best Seller.

PEDRO, Joana Maria; SAPRIZA, Graciela (Coord). Resumo Simpósio Temático ST40 - **Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX**. Seminário Fazendo Gênero VII. UFSC. 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_40.html>. Acesso em: 14 nov. 2017.

PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. In: GALEAZZI, I.M.S. (Org) **Mulher e Trabalho**. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA) v. 1, 2001. p. 51-53

PINHEIROS, Joel Carrion. **Trabalho Feminino No Brasil: Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)**. Porto Alegre, UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69992/000875738.pdf?sequence=1> > Acesso em 19 de julho de 2017

PINTO, Céli Regina Jardim. **Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf> . Acessado em 26 de julho 2017.

RAMOS, Ivoneti da Silva. **Mulheres no Terceiro Setor da Economia: O Mito da Emancipação Feminina**. Florianópolis, UFSC, 2006. <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89357>> Acesso em 27 de julho de 2017

RAMOS, L. e VIEIRA, M. L. **Desigualdades de Rendimentos no Brasil nas Décadas de 80 e 90: Evolução e Principais Determinantes**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0803.pdf

SCHMIDT, Mario. **Nova História Crítica**. 7ª série. 2 ed. São Paulo: Nova Geração, 2005

SCOTT, Johan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SENKEVICS, Adriano. **Mulheres e feminismo no Brasil**: um panorama da ditadura à realidade. Publicado em 11 jul. 2013. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/tag/movimento-feminista/>>. Acesso em 27 junho 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional**. 20ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Diversidade de gênero – Mulheres**. 2012. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_rosa1_diversidade_genero.pdf Acesso em: 20 jul.2017.

SOUSA, Luana Passos De; GUEDES, DyeGgo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho**: um olhar sobre a última década. Estudos avançados. vol.30 no.87 São Paulo Mai./Ago. 2016. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf>> acesso em 28 jul.2017

TAVARES, Sônia Prates Adonski. **A evolução da mulher no contexto social e sua inserção no mundo do trabalho**, 44 f. UNIJUI, 2012. Disponível em <

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2831>> acesso em 05 jul.2017

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida. Mulheres na Docência do Ensino Superior em Cursos de Física. **Ensino Em Revista**, v. 21, n. 2, p. 329-340, jul./dez. 2014. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/28029/15436>. Acesso em: 10. ago. 2017.

UNESC - **História da UNESC**. Disponível em: <www.unesc.net/portal/capa/index/91/5085>. acesso em 15 de setembro de 2017.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: o que é como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004. Pag. 32

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2001.

VOLPATO, Gildo. Prefácio. In: Bitencourt, João Batista. **Unesc: a trajetória de uma universidade comunitária**. Criciúma: Unesc, 2011.

Yannoulas, Silvia Cristina. FEMINIZAÇÃO OU FEMINILIZAÇÃO? APONTAMENTOS EM TORNO DE UMA CATEGORIA. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>.

_____. **Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões**. Brasília: Abaré, 2013.